

***Instituto Politécnico de Setúbal***



***Escola Superior de Ciências Empresariais***

# **Os Bens do Domínio Público e os Municípios do Distrito de Setúbal**

*“Estudo de caso”*

**Benilde Ester Epani Candimba**

Dissertação para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
**MESTRE EM CONTABILIDADE E FINANÇAS**

**ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Bela Teixeira**

**Setúbal, 2015**



## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus pais Paulino Jorge Candimba e Maravilha Epani.

## **Agradecimento**

Primeiramente agradeço a Deus todo- poderoso pela vida e sabedoria, aos meus pais por todo esforço, apoio e dedicação durante longos anos da minha formação.

Desejo expressar o meu mais sincero reconhecimento à minha orientadora Professora Doutora Ana Bela Teixeira, por todo apoio e disponibilidade com que sempre me agraciou durante o meu percurso académico nesta instituição de ensino.

Agradeço à Escola Superior de Ciências Empresarias e a todo pessoal docente e não docente por me terem possibilitando chegar até esta fase da vida académica.

Agradeço a toda a minha família, nomeadamente aos meus irmãos e primos: Elizeth Brígida, Miló, Dardo, mana Lurdes, mana Ndinha, Fernanda, mãezinha e Ma Bango.

Agradeço ainda aos meus colegas de batalha especialmente a Niembo Maria Daniel, pelo encorajamento durante esse percurso e a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

# Índice geral

Índice de Quadros .....	iv
Índice de Tabelas .....	v
Índice de Gráficos .....	vi
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	vii
RESUMO .....	viii
ABSTRACT .....	ix
1-INTRODUÇÃO .....	1
2- REVISAO DE LITERATURA .....	3
2.1 - O imobilizado no Setor Público Administrativo .....	3
2.1.1- Conceitos, característica e classificação do imobilizado .....	3
2.1.2 - O imobilizado no POCP.....	6
2.2. Os bens de domínio público nas Autarquias locais e no POCAL .....	8
2.2.1- Os Bens de domínio público.....	8
2.2.2 - As Autarquias Locais.....	11
2.2.3- Os Bens de domínio público, no POCAL e a sua contabilização e valorização .....	14
2.3 – ESTUDOS IMPORTANTES.....	20
3 – METODOLOGIA .....	23
4- ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....	25
4.1 – Os Bens de Domínio Público e o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses... 25	
4.1.1 – Breve caraterização do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses .....	25
4.1.2 - Apresentação do ativo total, imobilizado e BDP, segundo o AFMP para os Anos de 2009 a 2013.....	28
4.2 – Os Bens de Domínio Público e os Municípios de Grande Dimensão do Distrito de Setúbal .....	32
4.2.1 - Caracterização da Amostra .....	33

4.2.2 – Apresentação do peso dos BDP no imobilizado e no ativo de cada município de grande dimensão do Distrito de Setúbal.....	35
4.3 – Análise comparativa dos municípios do Seixal, de Almada e de Setúbal, entre si, e com a média nacional .....	44
5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS .....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	51
LEGISLAÇÃO .....	53

## Índice de Quadros

Quadro 1: Designação e definição das contas da classe 4, segundo o POCP .....	7
Quadro 2: Critérios de classificação das coisas públicas.....	10
Quadro 3: Subcontas da conta 45 – Bens de Domínio Público .....	11
Quadro 4: Distribuição dos Municípios portugueses por dimensão .....	12
Quadro 5: Desagregação da administração local .....	12
Quadro 6: Bens a incluir no Imobilizado .....	13
Quadro 7: Contabilidade Orçamental .....	17
Quadro 8: Contabilidade patrimonial.....	17
Quadro 9: Movimentação contabilística dos BDP na contabilidade patrimonial .....	18
Quadro 10: Evolução histórica da publicação e exercício económico a que respeitam as edições do AFMP .....	25
Quadro 11: Caracterização do Municípios do Distrito de Setúbal quanto à sua dimensão .....	33
Quadro 12: Os Municípios do Distrito de Setúbal, por Dimensão .....	34

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Estrutura do ativo, a nível nacional, de 2009 a 2013 .....	29
Tabela 2: Peso percentual das rubricas do Imobilizado face ao Ativo nos municípios portugueses .....	30
Tabela 3: Peso percentual das diferentes rubricas do imobilizado no total do imobilizado .....	31
Tabela 4: Estrutura do ativo do Município do Seixal de 2009 a 2013.....	35
Tabela 5: Peso do Imobilizado no total do Ativo do município do Seixal .....	36
Tabela 6: Peso de cada rubrica do Imobilizado, no total do Imobilizado, no município de Seixal.....	37
Tabela 7: Estrutura do balanço do distrito de Almada (Milhares de euros) .....	38
Tabela 8: Peso percentual do Imobilizado no total do Ativo do município de Almada .....	39
Tabela 9: Peso de cada rubrica do imobilizado, no imobilizado total, do Município de Almada.....	40
Tabela 10: Estrutura do balanço do distrito de Setúbal (Milhares de euros).....	41
Tabela 11: Peso percentual do total do Imobilizado no total do ativo do município de Setúbal.....	42
Tabela 12: Peso de cada rubrica no imobilizado do município de Setúbal .....	43
Tabela 13: Comparação do peso percentual do imobilizado no total do ativo de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal, com a média nacional .....	46
Tabela 14: Peso dos BDP no total do ativo de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal e a realidade nacional.....	47

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Peso percentual do Imobilizado e dos BDP no total do Ativo .....	30
Gráfico 2: Peso percentual de cada rúbricas do imobilizado, no total do imobilizado	32
Gráfico 3: Peso do Total do Imobilizado e dos BDP no Total do Ativo do município de Seixal.....	36
Gráfico 4: Peso de cada rubrica do Imobilizado no município de Seixal .....	37
Gráfico 5: Peso do imobilizado no total do ativo do município de Almada.....	39
Gráfico 6: Peso de cada rubrica no total do imobilizado do município de Almada ....	40
Gráfico 7: Peso do imobilizado no total do ativo do município de Setúbal .....	42
Gráfico 8: Peso de cada rubrica do imobilizado, no total do imobilizado do município de Setúbal.....	43
Gráfico 9: Evolução do peso do imobilizado no total do ativo dos municípios de Almada, Seixal e Setúbal .....	44
Gráfico 10: Evolução do peso dos BDP no total do ativo dos municípios de Almada, Seixal e Setúbal.....	45
Gráfico 11: Comparação do peso percentual do imobilizado no total do ativo de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal, com a média nacional .....	47
Gráfico 12: Análise comparativa do Peso dos BDP no total do ativo de cada município do distrito de Setúbal e a realidade nacional, para o período de 2009 a 2013 .....	48

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

**ART**<sup>o</sup>- Artigo

**AFMP**- Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

**BDP**- Bens de Domínio Público

**CIBE**- Cadastro e Inventário de Bens de Estado

**CRP** - Constituição da República Portuguesa

**DL**- Decreto-lei

**DGAL**- Direção Geral das Autarquias Locais

**ESCE**- Escola Superior de Ciências Empresarias

**OE** – Orçamento do Estado

**POC** – Plano Oficial de Contabilidade

**POCAL**- Plano Oficial de Contabilidade das Autárquica Local

**POCP**- Plano Oficial de Contabilidade Pública

**SNC**- Sistema de Normalização Contabilística

**SPA**- Setor Público Administrativo

## RESUMO

O imobilizado nas autarquias locais, desde 2005, representa a nível nacional, cerca de 90% do ativo, sendo os bens de domínio público, a segunda maior grandeza. Estes bens em 2013 representam, 37,96% do imobilizado e 33,65% do ativo, dos municípios portugueses.

Definidos por lei, os bens de domínio público, caracterizam-se por ao longo dos anos apresentarem alguma dificuldade de valorização, fundamentalmente quando não há valor de referência no mercado.

O anuário financeiro dos municípios portugueses classifica os municípios em, grandes, médios e pequenos, tendo em conta o número de habitantes. Todavia, no que se refere aos bens de domínio público, nesse anuário, a sua análise é efetuada globalmente não sendo por isso possível verificar se o seu peso no imobilizado e no ativo, difere por dimensão.

Este estudo pretendeu saber, através da revisão de literatura e de um estudo de caso efetuado no distrito de Setúbal, para o período de 2009 a 2013, se nos municípios de grande dimensão o peso dos bens de domínio público no imobilizado e no ativo, é semelhante à realidade nacional.

Dos resultados obtidos, que não podem ser generalizados, por corresponderem apenas à realidade do distrito estudado, concluímos que, os três municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal, relativamente aos bens de domínio público, quer entre eles, quer de cada um deles com a média nacional, não apresentam um comportamento e peso no ativo e no imobilizado, exatamente igual à média nacional, ainda que, mantenham também, um peso elevado quer no ativo quer no imobilizado.

## **ABSTRACT**

Fixed assets in local authorities, since 2005, represents nationally, about 90% of the asset, being the property of the public domain, the second greatest greatness. These fixed assets in 2013, 37.96% represent fixed assets and 33.65% of the asset, the Portuguese municipalities. Defined by law, the assets of the public domain, characterized by the years present some difficulty of recovery, especially when there is no reference value on the market. The AFMP sort the municipalities in large, medium and small, considering the number of inhabitants. However, as regards goods in the public domain, in this Yearbook, your analysis is performed globally and therefore not possible to verify if your weight in fixed assets and in property differs by size. This study sought to find out, through the literature review and a case study performed in the Setúbal district, for the period from 2009 to 2013, if in the municipalities of large size the weight of the goods in the public domain in the fixed asset and in the active, is similar to the national reality.

The results, which cannot be generalized, for match just the reality of the districts studied, we found that the three large municipalities of the District of Setúbal, in relation to the goods in the public domain, and between them, each of them with the national average, not behavior and weight in the active and fixed assets, exactly equal to the national average, yet maintain a high weight in both the active both in fixed assets.

## 1-INTRODUÇÃO

A necessidade de uma gestão pública responsável e efetuada com critérios de eficiência, eficácia e economia, veio, nas últimas décadas, reforçar a importância da informação contabilística que a par do cumprimento da legalidade, permite uma gestão clara e transparente dos dinheiros públicos (Mata e Teixeira, 2013).

O património público constitui um recurso fundamental para a prossecução dos fins do Estado e a sua avaliação passa por conhecer o total do seu ativo (bens e direitos) e do seu passivo (obrigações), uma vez que, o valor do património resulta da diferença entre o ativo e o passivo.

Ao nível dos bens que constituem o ativo, salientam-se, pela particularidade, os “bens de domínio público” que embora sendo definidos por lei, apresentam, frequentemente, dificuldade em serem identificados, valorizados e registados. ”Para estes bens, a falta de registo cadastral torna muito mais difícil o trabalho dos técnicos responsáveis pela inventariação e identificação dos bens do Estado e logo, também das autarquias locais ” (Ângelo e Teixeira, 2012:3)

Um dos setores de intervenção do Estado, onde os bens de domínio público, são determinantes para a determinação do património público, é sem dúvida, os municípios portugueses, onde citando Carvalho et al (2012), os bens de domínio público são a segunda grandeza do imobilizado, que por sua vez, corresponde, em média, a cerca de 90% do ativo dos municípios a nível nacional, desde pelo menos o ano de 2005.

Sobre os municípios, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é um documento de referência nacional pelo estudo que faz dos municípios (que divide em três dimensões, grandes, médios e pequenos, com base no número de habitantes) e em termos de normativo contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, é a base de toda a informação contabilística dos municípios, daí a importância que têm neste estudo, estes dois documentos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho passou pelas seguintes fases:

- Revisão da literatura existente quanto à temática dos bens de domínio público dando especial destaque ao Plano Oficial de Contabilidade Pública e ao Plano Oficial de Contabilidade das autarquias locais.
- Análise do comportamento dos bens de domínio público a nível nacional através dos Anuários Financeiros dos Municípios Portugueses do período de 2009 a 2013
- Estudo de caso efetuado nos municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal, sendo a informação obtida nos relatórios e contas dos respetivos municípios.

Para elaboração deste estudo foram utilizados os seguintes métodos de investigação: Pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído por livros, revistas da especialidade, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, Leis e Decreto-Lei e material disponibilizado na Internet, Análise de conteúdo e Estudo de Caso.

No sentido de responder à nossa questão de investigação e que era, se “nos municípios de grande dimensão, os bens de domínio público apresentam o mesmo peso no imobilizado e no ativo dos respetivos municípios, que os BDP, no imobilizado e no ativo, a nível nacional”, foram definidas três hipóteses.

O desenvolvimento da Dissertação assenta em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos a introdução; No segundo efetuamos a revisão de literatura, tendo como pontos de referência, a caracterização do imobilizado no Setor Público, o enquadramento dos bens de domínio público nas autarquias locais e no POCAL e ainda, a apresentação de alguns estudos relevantes para o tema do documento. No terceiro capítulo abordamos a metodologia e no quarto capítulo apresentamos a análise e apresentação dos resultados, sobre bens de domínio público, no período de 2009 a 2013, quer através dos Anuários Financeiros dos Municípios Portugueses quer do estudo de caso efetuado nos municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal. Por último apresentamos a conclusão, as perspetivas futuras e as referências bibliográficas.

## **2- REVISAO DE LITERATURA**

### **2.1 - O imobilizado no Setor Público Administrativo**

Em termos contabilísticos, o termo “imobilizado” corresponde ao conjunto de elementos patrimoniais, que permanecem na organização com caráter permanente e têm como objetivo apoiar a atividade económica da entidade, não sendo comprados com o intuito de serem comercializados. Podem ser elementos patrimoniais sem existência física, tais como trespasses ou despesas de constituição, ou participações de capital noutras empresas e outros títulos adquiridos pela organização para rendimento a médio e longo prazo, ou então móveis e imóveis que a organização utiliza na sua atividade, sem ter como objetivo, a sua venda. As imobilizações são ainda caracterizadas por serem os elementos do ativo de uma organização, com o mais fraco grau de liquidez.

#### **2.1.1- Conceitos, característica e classificação do imobilizado**

O imobilizado é assim um conjunto de elementos patrimoniais que podem ser corpóreos, incorpóreos e de investimentos financeiros, com natureza permanente, utilizados na atividade de uma organização e que não se destinam à venda. Caracterizado por ser um conjunto de bens e direitos que são utilizados para manutenção das atividades de uma organização, estes bens e direitos podem ser de forma tangível, tais como: máquinas, equipamentos, terrenos, prédios edificações, veículos etc., de forma intangível, tais como marcas e patentes e ainda de natureza financeira se correspondem a investimentos financeiros.

De acordo Neves (2012), o imobilizado que corresponde a um conjunto de bens tangíveis que são aplicações de capital de médio e longo prazo em ativos corpóreos, são por exemplo, terrenos, edifícios e equipamentos que estão relacionados com exercício da atividade da organização. O mesmo autor refere também que, os bens intangíveis que são aplicados com caráter permanente (mais de 12 meses) em ativos designados como Incorpóreos, são por exemplo, despesas de instalações, despesas de investigação e desenvolvimento, programas de computador e propriedade industrial.

Mendes (2001:139), referindo-se ao Plano Oficial de Contabilidade (POC), define imobilizações como sendo “todos os bens de utilização contínua e que não se destinam a ser vendidos no decurso normal das operações da empresa, quer sejam da sua propriedade, quer estejam em regime de locação financeira (*Leasing*)”.

Desta forma, o que caracteriza o ativo imobilizado, é ser composto por bens ou direitos destinados a apoiar a exploração do objeto social da organização e à manutenção da sua atividade, sendo de carácter corpóreo, incorpóreo ou financeiro.

Caiado e Pinto (2002), referindo-se ao Sector Público, salientam que o ativo imobilizado, diferenciando-se do ativo circulante, tem como principal característica a permanência no tempo abrangendo investimentos financeiros, imobilizações incorpóreas e corpóreas onde se incluem e salientam os bens de domínio público. Segundo Rua (2010), citado por Correia e Silva (2010), na contabilidade, os ativos podem ser vistos também em função do potencial de serviços que deles se pode esperar.

Mas o Imobilizado pode ser classificado, de uma forma progressiva e sintética, Caiado e Pinto (2002) referem que, as Imobilizações podem ser classificadas da seguinte maneira:

- Imobilizado técnico- construído por elementos patrimoniais vinculados ao processo normal de produção da organização, distinguindo-se em corpóreo e incorpóreo, atentando à natureza palpável ou impalpável dos ditos elementos, como por exemplo, máquinas, instalações, construções em curso, edifícios etc., que são de carácter corpóreo ou palpáveis e incorpóreo se falar, por exemplo, de uma patente.
- Imobilizado financeiro ou de rendimento - se abrange os elementos de natureza unicamente financeira, e por isso, alheios ao processo normal de produção, como por exemplo, um edifício onde a entidade não exerça a sua atividade e que esteja arrendado a outrem e as ações e obrigações de empresas com objetivo de receber dividendo e juros em vários períodos.

No domínio da formalização do imobilizado, Pinto (2005) também refere que é classificado em financeiro e técnico, sendo o primeiro constituído por elementos em que o valor deriva somente da sua expressão em termos monetários

e não da utilidade específica e o segundo, isto é, o técnico, é composto por elementos cujo valor deriva não só da expressão monetária, como da sua utilidade específica.

Também Mendes (2001) refere, a propósito de um plano de contas que, a classe quatro, ligada ao Imobilizado, integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, que as organizações utilizam na sua atividade operacional sem o objetivo de serem vendidos ou transformados, com caráter de permanência superior a um ano. O mesmo autor, referindo-se ao POC, aplicado nessa data nas empresas e que, esteve na base da criação do Plano Oficial de Contabilidade Pública, (de aplicação obrigatória no Setor Público Administrativo), salienta que, em geral, os ativos podem ser classificados em duas grandes massas, o ativo circulante, ou o ativo não circulante, estando na base das duas grandes distinções o tempo de permanência do ativo ao serviço da entidade. O mesmo autor clarifica ainda que os ativos não circulantes são aqueles cujos investimentos em recursos são efetuados de forma permanente e são utilizados pela empresa na realização de suas atividades. Estes bens também podem ser tangíveis e intangíveis. (Pinto, 2005).

Atualmente, o POCP mantém estas designações o que não acontece ao normativo de aplicação obrigatória atualmente ao setor privado e que veio substituir o POC, que é o Sistema de Normalização Contabilístico ou SNC que classifica o ativo em corrente e não corrente. Caiado e Pinto (1997:251) referem que a classe 4 do POCP “relewa bens detidos com continuidade ou permanência e que não se detinam a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da entidade”.

Contabilmente, o imobilizado, é um elemento patrimonial, (sendo que património é o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma entidade jurídica num dado momento), que contribui positivamente para o valor do património estando incluído no ativo (o valor do património resulta de ao ativo (que corresponde aos bens e direitos) se deduzir o passivo (que corresponde ao conjunto de obrigações) e por isso, é evidenciado Balanço (mapa que expressa o valor do património, ao comparar o ativo com o passivo) Borges, Rodrigues e Rodrigues (2010).

Carvalho et al, (2006:45) referem que, o balanço, de acordo com POCP, se divide em três tipos de massas patrimoniais:

- “O Ativo, que se divide em três grandes grupos: Ativo circulante, Ativo fixo e Acréscimo e Deferimento;
- O passivo, que se divide também em três grandes grupos: O Passivo circulante, O Passivo de Médio e Longo Prazo e Acréscimo e Deferimento;
- Fundos próprios que corresponde à diferença apurada entre os valores do Ativo e valores do Passivo“.

O POCP, como já referido, apresenta o imobilizado na classe 4, designada de “Imobilizações”, apresentando as seguintes contas: Investimentos financeiros, Imobilizações corpóreas, Imobilizações Incorpóreas, Imobilizações em Curso, Bens de domínio público, amortizações acumuladas e Provisões para investimentos financeiros (Caiado e Pinto, 1997).

### **2.1.2 - O imobilizado no POCP**

O Decreto-Lei 232/97, de 3 de Setembro, aprovou o Plano Oficial de Contabilidade Pública, estabeleceu como principal objetivo, a criação de condições para ter uma Contabilidade Pública moderna, através da implementação e articulação da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e Analítica. Tradicionalmente a Contabilidade Pública tinha como principal preocupação o controlo orçamental e a legalidade das despesas e receitas públicas (Cravo et al, 2002).

Com a aprovação deste plano pretende, muito mais que o cumprimento da legalidade, pois, através da informação contabilística, é esperado que se tenha informação que permita apoiar essa mesma gestão, bem como criar instrumentos de avaliação dessa gestão, como por exemplo, calcular indicadores adequados à instituição (Teixeira, 2009). Por outro lado, a disponibilização de informação contabilística aos diferentes agentes interessados, permite aumentar a transparência na Administração Pública através do acompanhamento da execução orçamental e efeitos nos anos subsequentes e ainda, dar a conhecer a situação patrimonial da entidade (Teixeira et al, 2014).

O conceito de imobilizado está associado aos bens destinados a servir de forma duradoura a atividade de uma organização e a constituir um bem do ativo com carácter permanente. Implícita a esta característica pode-se acrescentar que se trata de bens que não se destinam à venda. A nota explicativa do plano de contas do POCP desta classe de contas, refere expressamente que revela bens detidos com continuidade ou permanência e que não se destinam a ser vendidos ou transformados

no decurso normal das operações da entidade. (Caiado e Pinto 1997)

Caiado, Carvalho e Silveira (2006:13), referem que “como regra geral, os bens imobilizados não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização”. Os mesmos autores salientam, que o ativo imobilizado, no POCP, pertence à classe 4 e faz parte das contas do balanço. O POCP, adotou um critério funcional para classificar os bens de domínio público e bens patrimoniais apresentando as seguintes contas:

- 41 - Investimentos financeiros
- 42 - Imobilizações corpóreas
- 43 - Imobilizações incorpóreas
- 44 - Imobilizações em curso
- 45 - Bens de domínio público
- 48 - Amortizações acumuladas
- 49 – Provisões para investimentos financeiros

De seguida, no quadro nº 1 apresentamos para além da designação, a definição de cada conta da classe 4, de acordo como o POCP.

#### **Quadro 1: Designação e definição das contas da classe 4, segundo o POCP**

Designação	Definição
41 - Investimentos financeiros	“Esta conta integra as aplicações financeiras de carácter financeiro. As suas respetivas sub contas são nomeadamente: investimentos em imóveis, depósitos em instituições financeiras e fundos”
42 - Imobilizações corpóreas	“Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, como por exemplo, terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções, Equipamento básico, equipamento administrativo etc. (com exceção dos bens de domínio público), que a entidade utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que sejam de acrescer ao custo daqueles

		imobilizados. “
43	-	Imobilizações incorpóreas
		“São Imobilizados intangíveis englobando, nomeadamente, direitos e despesas de construções, arranque e expansão, como por exemplo, despesas de instalações, despesas de investigação e de desenvolvimento, propriedade industrial e outros direitos”.
44	-	Imobilizações em curso
		“Abrangem as Imobilizações de adição, melhoramento ou substituição, enquanto não estiverem concluídas.”
45-	Bens de domínio público	
		“Inclui os bens de domínio público que estão definidos na legislação em vigor”
49	-	Provisões para investimentos financeiros
		“Esta conta serve para registar as diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço que foi inferior aquele”

Fonte: POCP - Decreto-Lei nº 232/ 97 de 3 de Setembro

## 2.2. Os bens de domínio público nas Autarquias locais e no POCAL

A nota explicativa à conta 45 – Bens de domínio público (BDP), no POCP, refere que são BDP, os que estão definidos na legislação em vigor. Com esta definição tão vaga, o seu estudo, implica de imediato conhecer a desagregação dessa conta (Caiado e Pinto, 1997:265). Os mesmos autores, referem também que BDP, “são bens do Estado ao serviço dos cidadãos, podendo, no entanto, alguns apoiarem a entidade na prestação dos seus serviços.

### 2.2.1- Os Bens de domínio público

“Os bens de domínio públicos são um conjunto de bens pertencente a uma pessoa coletiva de direito público de população e território, cujo uso tem de estar afeto a fins de interesse público e que estão sujeitos a um regime jurídico especial” (Frade, 2003:321).

Quando se trata de bens de domínio público, atendendo à sua natureza específica de inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis, estes estão fora do

comércio jurídico, sendo inconceptíveis de apropriação individual, mas podendo ser objeto de relações jurídicas administrativas (Almeida e Lopes, (1998), citado por Ângelo e Teixeira (2012:12))

Mata e Teixeira (2013) referem que, quanto ao controlo, os BDP não são possíveis de apropriação individual, pois são geridos pelo Estado. Carvalho e Alves (2006:41) referem que, os bens de domínio privado podem ser definidos como um conjunto de bens, que não se encontram introduzidos no domínio público, estão sujeitos ao regime de propriedade estatuído na lei civil e são submetidos ao comércio jurídico correspondente.

Caiado e Pinto (1997:269) referem que os BDP “são bens que normalmente têm vida ilimitada ou então é muito difícil atribuir-lhes um valor económico razoável” e que, cumprindo a sua função social, se encontram ao serviço dos cidadãos podendo ser utilizados por eles. Face às características dos BDP, os mesmos autores referem que existem várias dificuldades a ultrapassar quando se pretende efetuar o seu registo contabilístico, tal como, a definição do seu valor inicial ou do seu valor residual, de ser ou não amortizado, da determinação do seu período de vida útil, o método de amortização a aplicar, ou o momento em que se deve começar a amortizar.

Carvalho et al (2008:284) salientam que, o art.º 84 da Constituição da República Portuguesa (CRP) refere no seu nº1 que pertencem ao domínio público:

- “ As águas territoriais com os seus leitos e os fundos marinhos contíguos, bem como os lagos, lagoas e cursos de água navegáveis ou flutuáveis, com os respetivos leitos;
- As camadas aéreas superiores ao território cima do limite reconhecido ao proprietário ou superficiário;
- Os jazigos mineiros, as nascentes de águas mineromedicinais, as cavidades naturais e subterrâneas existentes no subsolo, com exceção das rochas, terras comuns e outras matérias habitualmente usadas na construção;
- As estradas;
- As vias-férreas nacionais;
- Outros bens como tal classificados por lei”.

Marcelo Caetano (1990) mencionado por Carvalho e Alves (2006:18) refere a existência de três critérios principais com base nos quais se classificam as coisas de públicas atendendo ao fim a que essas mesmas coisas se destinam e que são: Critério de uso Público; Critério de serviço público e Critério do fim administrativo. No quadro que se apresenta a seguir, evidenciamos as características desses critérios.

### **Quadro 2: Critérios de classificação das coisas públicas**

<b>Designação</b>	<b>Definição</b>
<b>1 Critério de uso público</b>	“Devem ser consideradas públicas as coisas destinadas ao uso de todos. De acordo com este critério, não seriam públicas, ao contrário do que acontece atualmente com as nossas leis, as coisas que fornecem uma utilidade concreta sob a forma de prestação de serviço de que o público só faz um uso imediato, como é o caso das linhas telefónicas e das linhas-férreas, nem as que não fornecem nenhuma utilidade concreta a um qualquer individuo, mas apenas são de utilidade abstrata e coletiva.”
<b>2 Critério do serviço público</b>	“Defendido pelos escritores franceses da Escola de Duguit, onde a afetação de uma coisa, sob qualquer forma e a qualquer título, ao serviço publico, torna-se de carácter público. Esta doutrina amplia demasiado o leque do domínio público e esbate os seus limites com a esfera do domínio privado, o que implica o desaparecimento de qualquer vantagem da distinção, uma vez que o regime jurídico privado e público também não se especificam.”
<b>3 Critério do fim administrativo</b>	“Consideram públicas as coisas pertencentes a uma pessoa coletiva de direito público que satisfaçam a um dos fins desta, pela simples aplicação ou emprego direto. Os bens que sejam simples meio de que a pessoa coletiva se sirva para exercer uma atividade destinada à prossecução de um fim, não dominais, mas instrumentais ou patrimoniais.”

Fonte: Marcelo Caetano (1990) citado por Carvalho e Alves (2006:18)

De acordo com o POCP os bens de domínio público devem ser registados na classe 4, na conta 45 que por sua vez está estruturada da seguinte forma:

**Quadro 3: Subcontas da conta 45 – Bens de Domínio Público**

451	Terrenos e recursos naturais
452	Edifícios
453	Outras construções e infra-estruturas
454	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar
455	Bens do património histórico artístico e cultural
459	Outros bens de domínio público

Fonte: POCP - Decreto-Lei nº 232/ 97 de 3 de Setembro.

No POCP, não existem notas explicativas relativamente a cada uma das subcontas da conta 45, todavia, Caiado e Pinto (1997:267) referem que qualquer subconta “45x é debitada pela integração do valor considerado para os elementos constituídos pelos bens e domínio público e creditada pelo seu abate, qualquer que seja a sua origem”. Sempre que os BDP tenham sido adquiridos a contrapartida a crédito é a conta Fornecedores de imobilizado (261), em caso de autoprodução a contrapartida é a “trabalhos para a própria entidade” e se houver transferência ou “doações” a contrapartida é a conta “Reservas” (57).

**2.2.2 - As Autarquias Locais**

As autarquias locais, de acordo com a Constituição da República Portuguesa (CRP), no nº 2 do art.º 235º, são “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. Ainda de acordo com o nº 1 do art.º 236º, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Assim, o município é a autarquia local que visa a prossecução dos interesses comuns da população residente num território delimitado (concelho), através de órgãos eleitos.

De referir que um município pode integrar, com existência autónoma e estrutura própria, empresas mistas e municipais e serviços municipalizados. Atualmente, de acordo com a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), em Portugal existem 308 municípios, que se podem repartir em três dimensões (Carvalho *et al.*, 2013:22), tal como se apresenta no quadro seguinte.

**Quadro 4: Distribuição dos Municípios portugueses por dimensão**

Pequenos (população menor ou igual a 20.000 habitantes)	Médios (população maior que 20.000 ou igual a 100.000 habitantes)	Grandes (População superior a 100.000 habitantes)
179 Municípios	106 Municípios	23 Municípios
58,1%	34,4%	7,5%

Fonte: Adaptado de Teixeira et al (2015)

Ou seja, o nosso país é constituído maioritariamente por municípios de pequena dimensão e os de grande dimensão representam apenas 7,5% dos municípios existentes.

Ângelo (2011:7), refere que, “é certo que a CRP estabelece a existência de freguesias, municípios e regiões administrativas, no entanto, efetivamente só existem municípios ou concelhos e freguesias, uma vez que as regiões administrativas só se encontram formalmente criadas.

Sem se considerarem as regiões administrativas, a administração local encontra-se dividida conforme se apresenta o quadro abaixo:

**Quadro 5: Desagregação da administração local**

Administração Local	Municípios (art.º 249 CRP)	Assembleia Municipal
		Câmara Municipal
	Freguesia art.º (244 CRP)	Assembleia de Freguesia
		Junta de Freguesia

FONTE: Adaptado de Almeida (2005:35), citado por Ângelo (2011:23)

Sendo o POCPC o normativo contabilístico de aplicação obrigatória, entre outros, ao Setor Público Administrativo, na realidade, este plano, previa a criação de planos setoriais, que sendo construídos à sua semelhança apresentavam, relativamente ao sistema de contabilidade analítica, um modelo específico por setor de atividade e assim, para as autarquias locais, foi publicado o Plano Oficial

de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL). Este plano setorial também apresenta, a classe 4 para incluir os bens detidos com continuidade ou permanência, e que não se destinem à venda ou à transformação no decurso normal das operações da entidade, quer sejam de sua propriedade, ou estejam em regime de locação financeira. Os bens a incluir no balanço na classe do Imobilizado são:

#### Quadro 6: Bens a incluir no Imobilizado

Imobilizado	Bens de domínio privado da autarquia	Sob a administração de outras entidades
	Bens adquiridos pelo sistema de leasing	Sob a administração da autarquia
	Bens de Domínio Público	Sob a administração ou controlo da autarquia

Fonte: Carvalho et al. (2006) Citado por Mata e Teixeira (2013:3)

Conforme Bernardes (2003:328) citado por Ângelo e Teixeira (2012:6) “as administrações públicas e as autarquias locais gerem infra-estruturas (pontes, estradas, etc.) e um importante acervo de património histórico-artístico (museus, castelos,...) cujo valor é certamente discutível, como é discutível se, em termos de contabilidade patrimonial, devem tais bens ser considerados como “Ativos” e incluídos, portanto, no balanço de uma entidade Pública”

De acordo Carvalho et al., (2006), citado por Mata e Teixeira (2013), todos os BDP devem ser registados no balanço da autarquia local que os administra incluindo aqueles que estejam cedidos.

### **2.2.3- Os Bens de domínio público, no POCAL e a sua contabilização e valorização**

A aprovação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) originou uma profunda mudança nos sistemas Contabilísticos das Autarquias Locais em Portugal. A implementação do POCAL irá permitir às Autarquias Locais melhorar as informações para apoiar a gestão e avaliação do seu desempenho através do cálculo de um conjunto de indicadores de cariz orçamental, patrimonial e baseados na Contabilidade Analítica (Teixeira et al, 2013).

Ainda de acordo com os mesmos autores o POCAL foi o primeiro plano setorial do POCP a ser aprovado, devendo ser aplicado a todas a autarquias locais e entidades equiparadas, como por exemplo: as áreas metropolitanas, assembleias distritais ou associações de freguesias, sendo que, os objetivos desse plano, se centram essencialmente na quantidade e qualidade da prestação de contas autárquica e de ministrar os meios para a obtenção de melhorias em termos de economicidade, eficiência e eficácia, facilitando a análise de indicadores e a avaliação de desempenho no setor local.

Carvalho, Fernandes e Teixeira (2006:14) afirmam que o objetivo principal do POCAL, “é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais e permita:

- O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;

- Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- Uma melhor uniformização de critérios de previsão, com estabelecimento de regras para elaboração do orçamento, em particular no que respeita à previsão das principais receitas, bem como das despesas mais relevantes das autarquias locais;
- A obtenção da explicação dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional
- A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local“.

Segundo Ângelo (2011:46), as estradas, ruas, caminhos, praças e jardins são de carácter público, de circulação Autárquica. Tal como são Públicos os caminhos que desde tempos imemoráveis estão no uso direto e imediato do público. A mesma autora refere ainda que as águas integrantes do domínio público hídrico das Autarquias Locais, se encontram regulamentadas pela lei nº 54/2005, de 15/11.

A existência de um domínio na titularidade das autarquias locais constitui uma imposição constitucional, conforme estipulado no nº 2 do art.º 84º da CRP, no entanto, o mesmo artigo não especifica que bens fazem parte desse domínio, ficando esta definição a cargo do legislador. Quando se tenta identificar os bens de domínio público autárquico nota-se a ausência de uma lei específica sobre o seu património. Existem, no entanto alguns diplomas que podem ajudar a clarificar essa distinção, sendo um deles a Lei nº 54/2005 que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, contemplando no seu texto quais os que devem ser considerados como domínio público nos Municípios. (Ângelo e Teixeira 2012:7)

Relativamente ao enquadramento dos BDP no plano setorial para as Autarquias Locais, Ângelo e Teixeira (2012:8) referem que há uma conta específica no imobilizado para o registo dos bens de domínio público, os quais serão objeto de amortização, salvo em situações excepcionais devidamente fundamentadas. Os Bens de Domínio Público, quer no POCAL, quer no POCP são registados na conta 45. (Ponto 4.1.7 do POCAL).

“A questão essencial que se coloca, relativamente à contabilização dos bens de domínio público, é saber se estes devem ou não ser contabilizados pela instituição que os administra ou controla” Alves e Carvalho (2009). De acordo com a definição de ativo preconizada pela NCSP N°1, os bens dominiais são considerados um ativo, os quais, no caso português, devem ser registado no ativo imobilizado, tendo em conta a visão patrimonial vertida no POCP. No entanto, tanto este plano como o POCAL, apesar de separarem os bens de domínio público e privado em duas contas distintas, não definem o que são bens de domínio público e quais são aqueles que devem ser objeto de registo contabilístico.

Caído e Pinto (2002: 353) ” referem que a conta 45 é debitada pela integração do valor considerado para os elementos constituídos pelos bens de domínio público e creditada pelo seu abate, qualquer que seja a sua origem.” Se estes bens tiverem sido adquiridos, a contrapartida a crédito é a conta 261 - Fornecedores de imobilizado, em caso de Auto produção, a contrapartida a crédito é a conta 75 - Trabalhos para própria entidade. No caso de transferência e tratando-se de bens capitalizáveis, a contrapartida a crédito será a subconta 577-Reservas decorrentes de transferências de ativos. No caso de doações, a contrapartida será a subconta 576-Doações.

De seguida, nos quadros e 7 e 8 apresentamos, relativamente aos BDP, as contas movimentadas nos registos contabilísticos previstos na Contabilidade Orçamental e na Contabilidade Patrimonial, de acordo com as fases previstas para a execução do orçamento, numa entidade contabilística, quando da aquisição de um BDP. Salienta-se que, as contas da classe zero (destinadas à contabilidade orçamental, bem como a conta 25, relativa à contabilidade patrimonial), são sempre movimentadas por classificação económica (Decreto-Lei, nº 26/2002). Este classificador prevê o acréscimo de 6 dígitos à conta movimentada de modo a clarificar, qual a despesa que se está a executar, podendo em qualquer momento, conhecer o grau de execução do orçamento de qualquer despesa.

**Quadro 7: Contabilidade Orçamental**

Fases de execução	Débito	Crédito
Cabimento <sup>1</sup>	023- Dotações	026- Cabimentos
Compromissos <sup>2</sup>	026- Cabimentos	027- Compromissos

Fonte: Teixeira (2009:89)

**Quadro 8: Contabilidade patrimonial**

Fases de execução	Debito	Credito
Processamento (obrigação) <sup>3</sup>	45- Bens de Domínio público	261- Fornecedores de Imobilizados
Autorização de pagamento <sup>4</sup>	261- Fornecedores de imobilizado	252- Credores pela execução do orçamento
Pagamento <sup>5</sup>	252 - Credores pela execução do orçamento	12- Depósitos em instituições financeiras

Fonte: Teixeira (2009: 89)

As contas da contabilidade orçamental são movimentadas pelo valor previsto, enquanto as contas da contabilidade patrimonial serão movimentadas pelo valor da contraprestação envolvida na aquisição do bem de domínio público (Mata e Teixeira, 2013:6). No caso em que o valor da fatura seja inferior ou superior ao do registo contabilístico do cabimento e compromisso, haverá necessidade de se

<sup>1</sup> Cabimento – Registo contabilístico da autorização de realização da despesa, tendo em conta o valor disponível;

<sup>2</sup> Compromisso - Registo contabilístico da encomenda a terceiros, da despesa autorizada.

<sup>3</sup> Processamento – coincide com o registo da fatura e reconhecimento da obrigação e é, de acordo com o artigo 27º do DL nº 155/92 de 28 de Julho, a inclusão em suporte normalizado dos encargos legalmente constituídos para que se procede á sua liquidação e pagamento.

<sup>4</sup> Autorização de pagamento- A liquidação é meramente administrativa, mas, após ser dada a autorização e emitidos os meios de pagamento, de acordo com o ponto 2 do artigo 28º do Decreto nº 155/92 de 28 de julho, será efetuado o respetivo pagamento. Nesta fase movimenta-se a conta 25, a crédito, evidenciando a dívida, por classificação económica. (De acordo com a norma interpretativa nº 2/201 da CNCAP, o registo na conta 252 na fase 4 deve ocorrer em simultâneo com a fase 5)

<sup>5</sup> Pagamento- corresponde à satisfação das obrigações e coincide com a diminuição real das disponibilidades. Nesta fase movimenta-se a conta 25, a débito, evidenciando o pagamento da dívida, por classificação económica.

efetuar um reforço ou uma anulação respetivamente, pelo valor em falta ou em excesso. No quadro que se apresenta de seguida evidenciam-se todos os registos contabilísticos previstos para os BDP, na contabilidade patrimonial, de acordo com Ângelo e Teixeira (2012: 9):

**Quadro 9: Movimentação contabilística dos BDP na contabilidade patrimonial**

		Débito	Crédito
45-Bens de domínio público	Saldo inicial	45- Bens de domínio público	48-Amortizações acumuladas 51- Património
	Aquisição a título oneroso	45- Bens de domínio público	261Fornecedores de imobilizado
		261- Fornecedores de imobilizado	252- Credores pela execução do orçamento
		252- Credores pela execução do orçamento	12- Depósitos em instituições financeiras
	Aquisição a título gratuito	45- Bens de domínio público	576- Doações
	Produção pela própria autarquia	45- Bens de domínio público	75- Trabalhos para a própria entidade
	Produção em curso	44- Imobilizado em curso 445- De domínio público	75- Trabalhos para própria entidade

Fonte: Adaptado de Alves (2004), citado por Ângelo e Teixeira (2012:9)

Segundo Ângelo (2011), o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), é um diploma publicado pela portaria nº 671/2000, de 17 de Abril e vem reforçar a necessidade de inventariação dos bens de domínio público. Todavia, antes de se proceder ao registo Contabilístico dos BDP é fundamental, para além da sua identificação, efetuar a sua inventariação e avaliação (Mata e Teixeira, 2013) e a valorização dos BDP, nem sempre é fácil ou consensual.

De acordo Alves e Carvalho (2009) para determinados bens de domínio público não existe qualquer classificação, quer no CIBE quer no POCP, POCAL e nos restantes planos sectoriais. Referimo-nos, por exemplo, ao espaço aéreo e aos direitos que o Estado tem sobre bens dos particulares, através das servidões administrativas.

Segundo Mata e Teixeira (2013:5) “o POCAL e o POCP referem que a valorização dos bens de domínio público deve ser efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção. No caso de se ter de registar BDP antigos em que não há forma de saber o custo de aquisição ou o custo de produção, esses bens devem constar no imobilizado com o valor zero, tendo a entidade onde tal aconteça de identificar os referidos bens e a justificação dessa impossibilidade”.

Carvalho e Alves, (2006:77), referem citando alguns autores que, os bens de domínio público não têm valor de mercado, mas apenas valor de uso ou valor social, uma vez que não podem ser vendidos. Segundo os mesmos autores, a sua valorização tem sido a questão mais problemática dos ativos públicos, sobretudo tratando-se de alguns ativos que, pelas suas características, não possuem valor de aquisição nem mesmo valor de mercado.

## 2.3 – ESTUDOS IMPORTANTES

Silva e Carvalho (2007) – “Estudo comparativo entre a IPSAS 19 e o Plano Oficial de Contabilidade Pública”. Este trabalho apresenta uma comparação entre a IPSAS 19 e o POCP no que respeita às provisões, ativos e passivos contingentes. Concluíram que a IPSAS 19, se mostra muito mais completa nesta matéria, uma vez que apresenta de forma objetiva, as condições de reconhecimento, mensuração e divulgação, as quais estão claramente omissas no POCP.

Carvalho et al. (2008) – “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses” - O AFMP é um documento publicado anualmente, editado desde 2005 com o objetivo de aumentar a transparência da informação contabilística das Autarquias Locais. Apresenta, entre outros, um conjunto de indicadores de natureza orçamental e patrimonial, calculados com base nos documentos de prestação de contas, que refletem uma análise ao desempenho dos municípios nacionais. A “análise de conteúdo” foi o método utilizado.

Rua, Suzana (2009) - “O Conceito, o reconhecimento e a valorização dos Ativos públicos: especial menção a Portugal”. Este tema, resumidamente, evidencia que, com a reforma da Contabilidade Pública, em Portugal, a Contabilidade Patrimonial ganhou importância devido à necessidade de se definir a composição e o valor do património de cada entidade pública. A classificação dos elementos patrimoniais como ativos tornou-se uma preocupação destas entidades, sendo necessário definir critérios precisos para o seu reconhecimento e valorização. Este estudo conclui que, uma vez preenchido o conceito de ativo e cumpridos os critérios para o seu reconhecimento, um elemento deverá ser classificado como ativo de uma entidade pública, constando assim do seu balanço.

Alves e Carvalho (2009) – “Bens de domínio público em Portugal” - este estudo teve como objetivo contribuir para a clarificação de algumas dúvidas que os bens dominiais colocaram na atualidade nomeadamente ao nível da sua classificação, avaliação e contabilização. Com o desenvolvimento deste estudo, foi possível concluir que se verificam enormes controvérsias na definição dos requisitos, a ter em conta, para a classificação dos bens como dominiais.

Ângelo, Silva (2011) – “Os bens de domínio público nas autarquias locais”. O objetivo deste estudo é saber se nas autarquias locais do Distrito de Setúbal, ainda haverá muitos bens de domínio público a inventariar e avaliar. No desenvolvimento

do tema foi efetuada uma análise aos bens de domínio público apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e verificada a situação destes bens nos municípios do distrito de Setúbal. Com o desenvolvimento do tema a autora concluiu que, face aos valores obtidos, provavelmente, nas autarquias locais do distrito de Setúbal, ainda haverá BDP por inventariar, podendo também verificar-se que, relativamente ao restante imobilizado, o mesmo ainda não esteja totalmente inventariado em todos os municípios.

Ângelo e Teixeira (2012) “Os Bens de Domínio Público do Distrito de Setúbal, um estudo de caso” – É objetivo deste estudo é saber, ao nível das autarquias locais do distrito de Setúbal, qual a situação quanto aos bens de domínio público, sua inventariação, avaliação e contabilização, comparando-o com referências nacionais, num período de cinco anos.

Teixeira e Mata (2013) - “Os bens de domínio público nos municípios do Distrito de Setúbal - uma análise longitudinal”, o objetivo deste estudo foi saber se a composição e o peso dos bens de domínio público no imobilizado e no ativo nos municípios do Distrito de Setúbal são semelhantes à realidade nacional. Do estudo realizado, concluíram que no distrito de Setúbal:

- a) em todos os municípios o imobilizado representa a maior componente e que os BDP representam a segunda maior componente desse mesmo Ativo, salvo as seguintes exceções: de 2009. Palmela, em 2010, Moita e Palmela e em 2011, Moita, Palmela e Santiago do Cacém;
- b) as rubricas com maior peso nos BDP são “outras construções” e “ terrenos” , tal como, na realidade nacional;
- c) a rubrica “ património Histórico , Artístico e cultural” apresenta um peso superior do que o verificado a nível nacional;
- d) não se verifica grande homogeneidade na composição dos BDP nos municípios do distrito de Setúbal, havendo muitos que não seguem a tendência nacional descritiva no AFMP. As razões para este facto eventualmente poderão pretender-se com a falta de critérios claros de classificação dos componentes dos BDP, além de critérios de avaliação e consequentemente contabilização.

Teixeira et al. (2013) – “Os Municípios do Distrito de Setúbal – Análise comparativa Orçamental, Económica e Financeira de 2010 e 2011”- Este estudo tem como objetivo, efetuar com base na informação contabilística, uma análise comparativa do desempenho ao nível orçamental e económico -financeiro dos municípios do distrito

de Setúbal através do cálculo de um conjunto de indicadores nos anos em análise. Para tal o método usado foi o “Estudo de caso”.

Teixeira e Mata, (2013) -“Os Bens de Domínio Público nos Municípios do distrito de Setúbal - Uma análise comparativa”- Este estudo tem como objetivo, caracterizar a composição e o peso dos bens de domínio público no imobilizado e no ativo nos municípios do distrito de Setúbal e, ainda comparar com o contexto nacional, através de uma análise de conteúdo. Os resultados demonstram que nem todo o imobilizado existente se encontra avaliado e contabilizado, pelo que, será expectável que, nos próximos anos, o valor na rubrica de BDP aumente com a inclusão desses bens.

Teixeira et al. (2013) -“Avaliação e divulgação de indicadores de desempenho dos Municípios portugueses: O caso do Distrito de Setúbal”. O objetivo do estudo centra-se na caracterização da informação sobre o desempenho dos municípios do distrito de Setúbal, com base no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e nos indicadores apresentados no relatório de Gestão. Os resultados demonstram que os municípios apresentam fundamentalmente indicadores de carácter orçamental ou patrimonial, facto justificado pela fraca implementação da contabilidade de custo nos municípios.

### 3 – METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia usada na investigação, identificando-se o percurso e os meios que conduzirão à obtenção de resultados que permitam responder à questão de investigação definida.

A Metodologia é a aplicação de procedimentos, métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a recolha e o processamento de informações, visando o encaminhamento à resolução dos problemas e à questão de investigação (Prodanov e Freitas, 2013).

Do ponto de vista das formas de abordagem do problema será qualitativa e pelas especificidades que o tema apresenta, surge a necessidade de se desenvolver o estudo por um método qualitativo. Para Gehardt e Silveira (2009:32) a abordagem qualitativa centra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e organizacionais.

Quanto aos procedimentos técnicos, o método utilizado é o da análise de Conteúdo. Silva (2005) citando Bardin (1994) afirmam que a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado quer na pesquisa quantitativa quer na investigação qualitativa, mas com aplicações diferentes, sendo que na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo, enquanto na segunda é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características, num determinado fragmento de mensagem, que é levado em consideração.

No seguimento da revisão de literatura efetuada, no sentido de responder à questão de investigação inicialmente formulada e que é se “nos municípios de grande dimensão, os Bens de Domínio Público apresentam o mesmo peso no imobilizado e no ativo dos respetivos municípios, que os BDP, no imobilizado e no ativo, a nível nacional”, iremos analisar a realidade nacional evidenciada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e efetuar um Estudo de Caso, nos municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal. Ainda no sentido de responder à questão de investigação formulada, foram definidas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 (H 1) – Todos os Municípios, de grande dimensão, do distrito de Setúbal, apresentam no Balanço, Bens do Domínio Público;

Hipótese 3 (H 2) – Os Bens do Domínio Público, nos municípios de grande dimensão, têm no ativo e no imobilizado um peso semelhante;

Hipótese 4 (H 3) – O peso dos Bens do Domínio Público nos municípios de grande dimensão, no imobilizado e no ativo, é semelhante ao da média nacional constante no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses;

O desenvolvimento do estudo proposto vai ser efetuado no período de, 2009 a 2013, iniciando-se com a análise de conteúdo do AFMP e dos relatórios e contas dos municípios do distrito de Setúbal, relativos ao mesmo período. Os Relatórios e contas serão obtidos nos respetivos sítios da *internet* onde os municípios publicam os seus documentos de prestação de conta (de acordo com o nº 2 do artigo nº 49 da Lei das Finanças Locais). A informação recolhida será tratada através de quadros e estatística descritiva.

Em termos de limitações ao método utilizado é importante salientar que fazer uma abordagem do método de análise de conteúdo, significa demonstrar sua versatilidade, mas também seus limites enquanto técnica.

Uma das críticas mais fortes e recorrentes à análise de conteúdo é o facto de carregar um ideário de metodologia quantitativa. Nesse sentido, a categorização própria do método, um tanto esquemática, pode obscurecer a visão dos conteúdos, impedindo o alcance de aspetos mais profundos do texto (Flick, 2009). O mesmo autor refere ainda que muitas vezes, na análise de conteúdo, falta profundidade nas análises fazendo-se uso de parágrafos, utilizados não apenas para explicar o texto básico, mas para o substituir.

Por outro lado, a opção por um estudo de caso, é também em si limitativo, dado que, embora nos permita aprofundar o conhecimento sobre a amostra em estudo, impede-nos de generalizar os resultados para o universo, aqui neste caso, para os municípios de grande dimensão a nível nacional.

## 4- ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O desenvolvimento deste ponto será efetuado primeiro pela análise à informação obtida no AFMP, relativamente aos BDP e de seguida, efetuado o estudo de caso nos municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal, sendo o nosso período de análise os anos de 2009 a 2013.

Mata e Teixeira (2013:9), referindo vários autores, salientam a importância dos Bens de Domínio Público, serem englobados nas demonstrações financeiras das entidades que os administram de forma a evidenciarem todo o ativo que está sob a sua administração e controlo. Carvalho *et al.* (2006:198), também referindo-se aos BDP, afirmam que os mesmos devem ser apresentados no Balanço.

### 4.1 – Os Bens de Domínio Público e o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é uma publicação de carácter anual, publicado com o apoio da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

#### 4.1.1 – Breve caracterização do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

#### Quadro 10: Evolução histórica da publicação e exercício económico a que respeitam as edições do AFMP

	Ano de publicação	Exercício a que se refere	Resumo
1ª Edição	2005	2003	Nesta publicação foram analisadas as contas de 175 municípios, onde recolheram informações sobre o cumprimento do POCAL e sobre o conteúdo das contas orçamental, económica, financeira e patrimonial. Concluiu-se que o POCAL estava a ser aplicado na grande maioria dos municípios, apesar das grandes alterações que o mesmo implicou na estrutura organizativa e na necessidade de formação complementar do pessoal (Carvalho et al., 2008).

2ª Edição	2006	2004	Neste anuário foram analisados todos os municípios portugueses do continente (278), 6 dos Açores e 5 da Madeira, aprofundando aspetos de gestão orçamental, financeira e patrimonial, comentados os conteúdos das respetivas Atas que aprovaram as contas, quer das Câmaras, quer das Assembleias Municipais, bem como dos conteúdos dos Relatórios de Gestão, com especial ênfase para os indicadores que aqui são apresentados (Carvalho et al., 2008)
3ª Edição	2007	2005	Nesta publicação pela primeira vez, foram analisadas as contas de todos os municípios e também foram apresentados <i>rankings</i> dos municípios em relação a diferentes aspetos financeiros, económicos e orçamentais, tratados separadamente (Carvalho et al., 2008).
4ª Edição	2008	2006	Neste anuário, os autores deram continuidade à análise das contas de todos os municípios, apresentado <i>rankings</i> em relação a diferentes aspetos financeiros, económicos e orçamentais, considerados separadamente (Carvalho et al., 2008).
5ª Edição	2009	2007	Relativamente a esta publicação, incluíram pela primeira vez, informação financeira de algumas entidades do setor empresarial local e alguns serviços municipalizados (Carvalho et al., 2008).
6ª Edição	2010	2008	Esta Edição “baseia-se nas contas de 2008 dos municípios, incluindo informação económica e financeira das entidades do sector empresarial local existentes em 2008 (num total de 219 empresas)” Carvalho et al. (2008:14)

7ª Edição	2011	2009	Esta Edição do AFMP “apresenta uma análise económica e financeira às contas das autarquias locais, a nível nacional, para o exercício económico de 2009. Pela segunda vez, este anuário inclui também uma análise ao setor empresarial local à semelhança do que tinha acontecido já em 2008” (Carvalho et al., 2009:23)
8ª Edição	2012	2010	Nesta publicação “ apresenta uma análise económica e financeiras às contas das autarquias locais, a nível nacional, para o exercício económico de 2010. É já o terceiro ano que em o anuário inclui também uma análise ao sector empresarial local” (Carvalho et al., 2010:13)
9ª Edição	2013	2011 e 2012	Nesta publicação o AFMP apresenta uma análise económica e financeira das contas dos municípios no que diz respeito aos exercícios económicos de 2011 e 2012. De acordo com os autores, com apoio do tribunal de contas na cedência em tempo real da informação lá depositada, foi possível apresentar a situação económica e financeira relativa a 2012 no início de julho de 3013 (Carvalho et al., 2011 e 2012).
10ª Edição	2014	2013	Publicado em 2013, este AFMP, “inclui também uma análise detalhada do sector empresarial local e mais uma vez, com a preciosa colaboração do tribunal de contas e das próprias empresas, foi possível recolher informação relativamente à quase totalidade Sector Loca num total de 239 instituições. De referir que 2013, é o ano que se verifica o

			maior número de dissolução de empresas municipais, por força da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto” (Carvalho et al., 2013:26)
--	--	--	---

Fonte: Adaptado dos AFMP nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

Mata e Teixeira (2012) referem que no âmbito da análise económica e financeira às contas das autarquias locais a nível nacional, o AFMP, é hoje uma publicação de referência nacional sintetizando a avaliação do desempenho das autarquias locais sob diferentes perspetivas, nomeadamente: orçamental, económica, financeira e patrimonial.

Carvalho et al. (2009:135-136), em ponto referente ao imobilizado e aos bens de domínio público referem que “em 2009, o imobilizado (bens de domínio público, corpóreo e incorpóreo) continua, tal como já se tinha verificado em 2008, 2007 e 2006, a representar, em média, mais de 90% do Ativo total dos municípios. De salientar que, em 2009 e apesar de já decorridos 7 anos, após a obrigatoriedade de implementação do POCAL nem todo o imobilizado existente se encontra ainda avaliado e contabilizado, pelo, que é possível que este rácio aumente nos próximos anos, não pela inclusão de novos investimentos mas essencialmente, pelo registo contabilístico de bens ainda não inventariados e avaliados em termos económicos”. Carvalho et al, em diferentes Anuários, fazem referência à relevância, nos Municípios Portugueses, do imobilizado, no ativo. Em 2010, o imobilizado (bens de domínio público, corpóreo e incorpóreo) representava, aproximadamente, 90% do Ativo Total dos Municípios, tal como já se tinha verificado nos 4 anos relativos aos anos de 2009, 2008, 2007 e 2006 (Carvalho et al., 2010).

#### **4.1.2 - Apresentação do ativo total, imobilizado e BDP, segundo o AFMP para os Anos de 2009 a 2013**

Seguindo a metodologia do AFMP, no Imobilizado, são apenas considerado os Bens de Domínio Público, Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e em Curso, excluindo-se os investimentos financeiros que são incluídos no restante ativo. Assim, na **tabela 1** apresenta-se para os anos de 2009 a 2013 a composição do ativo, nos municípios portugueses, de acordo com o AFMP.

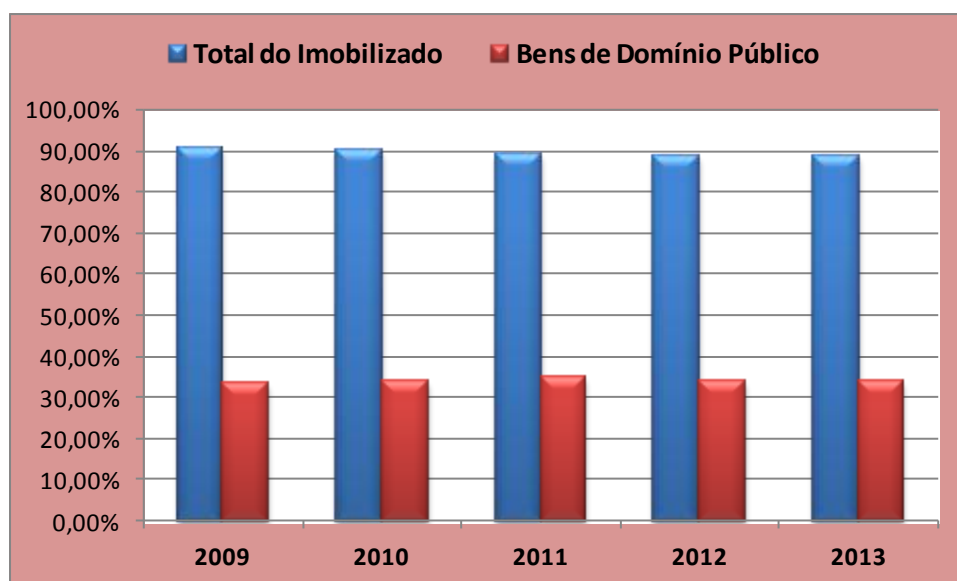
**Tabela 1: Estrutura do ativo, a nível nacional, de 2009 a 2013**

	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Unidade: milhões de euros</b>					
<b>Imobilizado</b>					
Bens de Domínio Público	12.839,00	13.613,00	14.146,00	13.704,00	13.719,00
Imobilizações incorpórea	76,00	81,00	59,00	61,00	56,00
Imobilizações Corpóreas	15.761,00	16.345,00	16.368,00	16.873,00	17.488,00
Imobilizações em curso	6.201,00	5.958,00	5.494,00	5.182,00	4.873,00
<b>Total Imobilizado</b>	<b>34.877,00</b>	<b>35.996,00</b>	<b>36.067,00</b>	<b>35.820,00</b>	<b>36.136,00</b>
Investimentos Financeiros	1.419,00	1.613,00	1.713,00	1.708,00	1.732,00
Existências	119,00	120,00	136,00	130,00	110,00
Dívidas de Terceiros	1.083,00	1.197,00	1.328,00	1.238,00	1.127,00
Títulos Negociáveis	15,00	14,00	16,00	16,00	9,00
Disponibilidades	584,00	596,00	666,00	761,00	875,00
Acréscimo e Diferimentos	526,00	539,00	584,00	653,00	779,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>38.623,00</b>	<b>40.075,00</b>	<b>40.510,00</b>	<b>40.326,00</b>	<b>40.768,00</b>

Fonte: Adaptado dos AFMP de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Da análise da tabela 1 verificamos que, genericamente, a nível nacional, nos cinco anos em análise, a evolução do total do ativo é acompanhada pela do total do imobilizado e dos BDP. Ou seja, há, ano a ano, face ao ano anterior, um crescimento do total do ativo, total do imobilizado e total dos BDP nos anos 2009, 2010 e 2011. Em 2012, esses valores descem face a 2011 e em 2013, voltam a crescer face a 2012. Nos últimos anos, a nível nacional, de acordo com Carvalho et al (2012), sabe-se que, desde 2005, cerca de 90% do Ativo de uma autarquia local corresponde a Imobilizado.

No gráfico 1, apresenta-se de 2009 a 2013 uma análise comparativa do peso dos BDP e do imobilizado, no total do ativo. Como se pode verificar, nesse período, o total do imobilizado face ao ativo desce de 90,31% para 88,64%, enquanto os BDP se mantêm entre um peso percentual de 33,24% e 33,65%.

**Gráfico 1: Peso percentual do Imobilizado e dos BDP no total do Ativo**

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 2, apresenta-se percentualmente o peso do total do Imobilizado e de cada rubrica que o compõe, relativamente ao total do ativo nos anos de 2009 a 2013 nos municípios portugueses.

**Tabela 2: Peso percentual das rubricas do Imobilizado face ao Ativo nos municípios portugueses**

	2009	2010	2011	2012	2013
Ativo					
Imobilizado					
Bens de Domínio Público	33,24%	33,97%	34,92%	33,98%	33,65%
Imobilizações Incorpóreas	0,20%	0,20%	0,15%	0,15%	0,14%
Imobilizações Corpóreas	40,81%	40,79%	40,40%	41,84%	42,90%
Imobilizado em Curso	16,06%	14,87%	13,56%	12,85%	11,95%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>90,31%</b>	<b>89,83%</b>	<b>89,03%</b>	<b>88,83%</b>	<b>88,64%</b>

Fonte: elaboração própria

Desta análise constata-se que, nos anos em análise, a nível nacional o peso do imobilizado no ativo oscila entre 90,31% (em 2009) e 88,64% (em 2013) o que evidencia, por um lado, o enorme peso do imobilizado no ativo e por outro, que nestes 5 anos, há um ligeiro decréscimo desse mesmo peso, mantendo-se todavia com o peso muito alto, rondando os 90%. De 2009 para 2013 esse decréscimo corresponde a 1,67%. Analisando agora as diferentes rubricas do imobilizado, verificamos que a principal componente é “ Imobilizações Corpóreas “ com 42,90% em 2013, o que corresponde ao maior peso, dessa rubrica, no período em análise. O valor mais baixo

verificou-se em 2011, onde se situou nos 40,40%. Os BDP neste período são sempre a 2ª rubrica do imobilizado com maior peso no ativo. O seu valor mais baixo verificou-se em 2009, onde ronda os 33,2%, valor esses que pouco difere do verificado em 2013 que é de cerca de 33,7%. Em 2011 o seu peso no ativo rondava os 34,9%.

Carvalho et al. (2012), justificando o elevado peso dos BDP no Ativo dos municípios portugueses salientam que quer as estradas, por imposição constitucional (artigo 34º da Constituição da República Portuguesa), quer os museus, bibliotecas, arquivos, bens da mesma natureza, (de acordo com o Decreto- Lei nº 477/ 80, de 15 de Outubro) são Bens de Domínio Público. No entanto, os mesmos autores referem também que muitas das estradas e vias de comunicação, que são de gestão e controlo municipal não estão ainda inventariadas e avaliadas o mesmo acontecendo a ativos dos museus, bibliotecas e arquivos municipais onde ainda há uma reduzida classificação, valorização e registo contabilístico no ativo do respetivo município.

Na tabela nº3 apresenta-se, face aos mesmos anos, o peso percentual de cada rúbrica do imobilizado, no seu total.

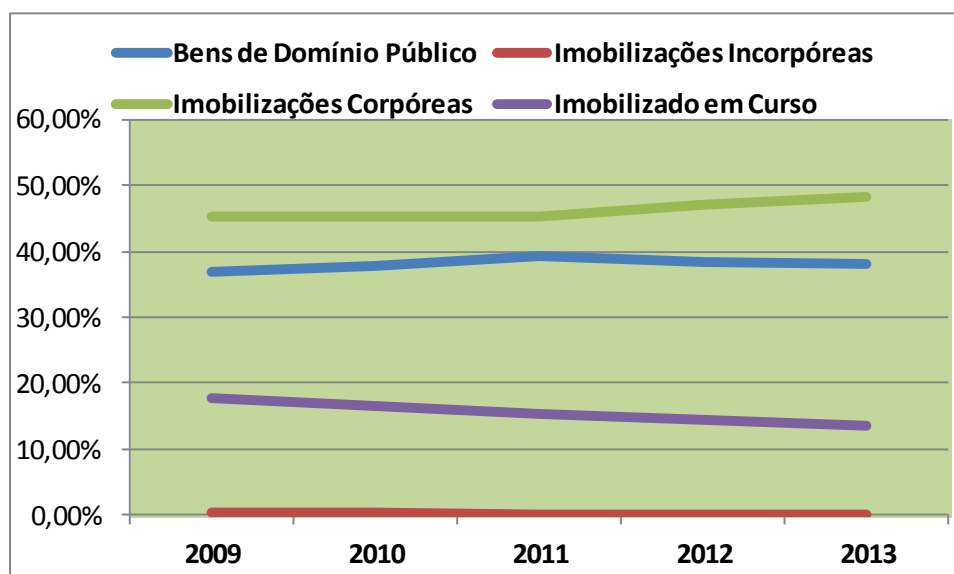
**Tabela 3: Peso percentual das diferentes rubricas do imobilizado no total do imobilizado**

	2009	2010	2011	2012	2013
Imobilizado					
Bens de Dominio Publico	36,81%	37,82%	39,22%	38,26%	37,96%
Imobilizações Incorporea	0,22%	0,22%	0,16%	0,17%	0,15%
Imobilizações Corporea	45,19%	45,41%	45,38%	47,10%	48,39%
Imobilizado em Curso	17,78%	16,55%	15,23%	14,47%	13,49%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria

Verifica-se também nesta análise que, os Bens de Domínio Público são a segunda maior componente do Imobilizado, apresentado o seu maior peso em 2011 (39,22%) e o menor em 2009 (36,81%). No período, (de 2009 a 2013) o seu peso, em média, é de 38,01% contra o Imobilizado Corpóreo (rúbrica com maior peso no imobilizado) que é de 46,29%. Esta rubrica do Imobilizado apresenta o seu valor máximo em 2013 (com 48,39%) e o seu valor mínimo em 2009 (com 45,19%).

**Gráfico 2: Peso percentual de cada rúbricas do imobilizado, no total do imobilizado**



Fonte: Elaboração própria

Na análise deste gráfico observamos o peso percentual de cada rubrica no Imobilizado. Tal como verificamos anteriormente, a rubrica das “Imobilizações Corpóreas” é a maior componente do Imobilizado, sendo também possível observar que o Imobilizado em Curso apresenta ao longo do período um comportamento de descida, evoluindo de cerca de 16% no ano de 2009 para cerca de 12% no ano de 2013. Como se constata, no mesmo período, as Imobilizações Incorpóreas apresentam sempre valores sem expressão rondando os 0,2%.

#### **4.2 – Os Bens de Domínio Público e os Municípios de Grande Dimensão do Distrito de Setúbal**

De acordo com a metodologia apresentada, de seguida será efetuado um Estudo de Caso, nos municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal.

#### 4.2.1 - Caracterização da Amostra

De acordo Amaral (2002), citado por (Teixeira et al, 2013:155), “o município é a autarquia local que visa a prossecução dos interesses comuns da população residente num território delimitado (concelho), através de órgãos eleitos. Os principais órgãos são, a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara. De acordo com a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), existiam no ano de 2010 em Portugal, 308 municípios (278 no continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).” Os mesmos autores, citando agora Carvalho et al. (2010), referem que os municípios Portugueses podem ser repartidos em três dimensões de acordo com número de habitantes. Especificamente, no distrito de Setúbal existem 13 municípios que ocupam uma área global de 5.095 Km<sup>2</sup>. No quadro abaixo, apresentamos, comparativamente, o peso relativo dos Municípios do Distrito de Setúbal, por dimensão, relativamente à realidade nacional evidenciada no AFMP.

#### Quadro 11: Caracterização do Municípios do Distrito de Setúbal quanto à sua dimensão

Dimensão	Nº	Designação dos municípios	% Distrito	% Nacional
Grande Dimensão	3	Seixal, Almada e Setúbal	23,1	7,5
Media Dimensão	6	Barreiro, Moita, Palmela, Montijo, Sesimbra e Santiago do Cacém	46,1	34,1
Pequena Dimensão	4	Alcochete, Grândola, Sines e Alcácer do Sal	30,8	58,4
Total	13		100,0	100,0

Fonte: Mata e Teixeira (2012)

Dessa comparação pode verificar-se que há uma inversão do maior peso percentual dos municípios de pequena dimensão, a nível nacional, para uma maior preponderância no distrito de Setúbal dos municípios de média dimensão. Verificamos ainda os municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal representam 23,1% do total dos municípios do distrito, enquanto, a nível nacional, esses municípios pesam 7,5%, no total.

De seguida, no quadro 12, são apresentados, por dimensão, os municípios do distrito de Setúbal, onde se evidencia, para além da área ocupada, os respetivos habitantes de acordo com a informação obtida no Censos (2011).

**Quadro 12: Os Municípios do Distrito de Setúbal, por Dimensão**

Município	Área (Km2)	Nº de habitantes (Censos 2011)
<b>Grande Dimensão</b>		
Almada	70	174.030
Seixal	96	158.269
Setúbal	172	121.185
<b>Média Dimensão</b>		
Barreiro	32	78.764
Moita	55	66.029
Palmela	463	62.831
Montijo	348	51.222
Sesimbra	195	49.500
Santiago Cacém	1.060	29.749
<b>Pequena Dimensão</b>		
Alcochete	129	17.569
Grândola	807	14.826
Sines	203	14.238
Alcácer do Sal	1.465	13.046
TOTAL	5.095	851.258

Fonte: Adaptado de Teixeira et al. (2013)

Quando se comparam os municípios, do distrito de Setúbal com o verificado a nível nacional, constata-se que o distrito de Setúbal se caracteriza por ter uma maior preponderância dos municípios de media dimensão (46,1%), face ao verificado no país, onde os municípios de pequena dimensão, são os mais representativos (58,1%). Por outro lado, no que se refere aos municípios que correspondem à nossa amostra (grande dimensão) verificamos que a nível do distrito são mais representativos percentualmente, que a nível nacional.

## 4.2.2 – Apresentação do peso dos BDP no imobilizado e no ativo de cada município de grande dimensão do Distrito de Setúbal

### 4.2.2.1 - Município do Seixal

Seguindo a metodologia do AFMP, de não considerar no imobilizado os Investimentos Financeiros, a tabela nº 4 apresenta os valores globais agregados do ativo do município de grande dimensão do Seixal, para o período que decorre entre o ano de 2009 e o de 2013. Na sequência dos valores obtidos para estes cinco anos de análise, serão de seguida apresentadas duas tabelas, uma representativa do peso percentual do imobilizado no total do ativo e outra relativa ao peso das rubricas do imobilizado, no imobilizado total.

**Tabela 4: Estrutura do ativo do Município do Seixal de 2009 a 2013**

Unidades: milhares de euros	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Imobilizado</b>					
Bens de Domínio Público	11.709,883	12.002,641	11.948,667	11.657,341	11.402,966
Imobilizações Incorpórea	282,777	374,890	589,586	497,854	496,966
Imobilizações Corpórea	93.638,842	94.524,182	97.128,295	96.076,576	104.064,869
Imobilizações em Curso	5.997,514	7.435,182	7.958,980	8.288,291	5.036,972
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>111.629,016</b>	<b>114.336,895</b>	<b>117.625,528</b>	<b>116.520,062</b>	<b>121.001,773</b>
Investimento Financeiro	5.553,493	5.553,493	5.553,493	5.598,493	5.447,971
Existência	992,970	1.050,107	855,321	664,817	618,519
Dívidas de Terceiros	22.071,075	30.076,264	56.100,520	34.612,385	12.371,837
Títulos Negociáveis	0	0	0	0	0
Disponibilidade	207,811	1.697,715	1.260,420	1.222,866	2.366,764
Acréscimo e Diferimento	20,580	266,857	244,236	24.508,164	23.294,784
<b>Total do Ativo</b>	<b>140.474,945</b>	<b>152.981,331</b>	<b>181.639,518</b>	<b>183.126,787</b>	<b>165.101,648</b>

Fonte: Adaptado dos Balanços dos Municípios de Seixal de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

Da análise da tabela 4 verificamos que, no município do Seixal, nos cinco anos em análise, o crescimento do Total do ativo até 2012, é acompanhado pelo total do Imobilizado de 2009 a 2011. Nos últimos dois anos, o seu comportamento é oposto. Em 2012 o ativo cresce, face ao ano anterior e o total do imobilizado desce. Em 2013, verifica-se que o valor do imobilizado é o mais alto dos cinco anos e o do total do ativo apresenta um valor próximo da média dos primeiros quatro anos. Os BDP nesse período continuam, dentro das rubricas do imobilizado, a representar o 2º valor mais

alto, apresentando um valor médio nos cinco anos de 11.744,300 milhares de euros no Município do Seixal.

Através da análise da tabela 5, verifica-se que nos anos de 2009 a 2013, no município do distrito de Seixal, dentro do imobilizado, a rubrica com a maior representatividade no total do ativo, é o imobilizado corpóreo que oscila no período entre, 52,46% (em 2012) e 66,66% (em 2009). Neste município, os BDP apresentam em média um peso de 7,14% no ativo total ocorrendo o seu valor mais baixo em 2012 (com 6,37%) e o mais alto em 2009 (8,0%).

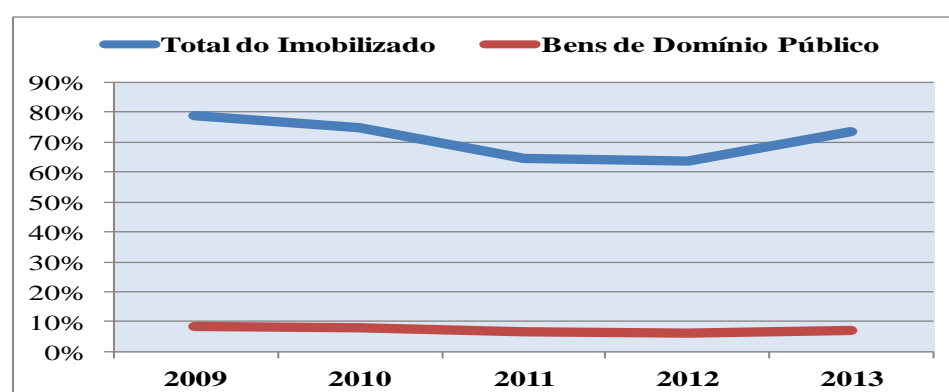
**Tabela 5: Peso do Imobilizado no total do Ativo do município do Seixal**

	2009	2010	2011	2012	2013
Bens de Domínio Público	8%	7,85%	6,58%	6,37%	6,91%
imobilizado Incorpóreo	0%	0,25%	0,32%	0,27%	0,30%
Imobilizado Corpóreo	66,66%	61,79%	53,47%	52,46%	63,03%
Imobilizado em Curso	4,27%	4,86%	4,38%	4,53%	3,05%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>79%</b>	<b>74,74%</b>	<b>64,76%</b>	<b>63,63%</b>	<b>73,29%</b>

Fonte: Elaboração própria

De seguida, no gráfico 3, apresenta-se a análise evolutiva do peso do total do imobilizado e dos BDP no total do ativo do município de Seixal nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

**Gráfico 3: Peso do Total do Imobilizado e dos BDP no Total do Ativo do município de Seixal**



Fonte: Elaboração própria

Na tabela nº 6 é possível analisar a composição do peso de cada rubrica no Imobilizado nos anos de 2009 a 2013, para o município do Seixal. Desde logo se verifica que as imobilizações corpóreas representam, a principal componente do imobilizado com uma parcela significativa. Nesta análise, é possível verificar também

que, os Bens de Domínio Público são a segunda componente do total do imobilizado, oscilando entre 10,5% em 2010 e 9,42% em 2013. Carvalho et al. (2012) referem que, os BDP são a segunda maior componente do Imobilizado.

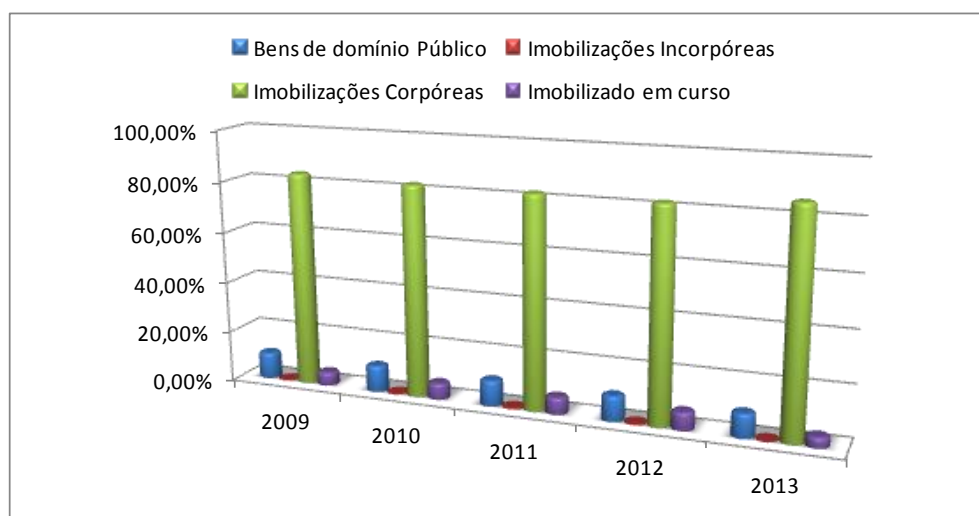
**Tabela 6: Peso de cada rubrica do Imobilizado, no total do Imobilizado, no município de Seixal**

	2009	2010	2011	2012	2013
Bens de Domínio Público	10,49%	10,50%	10,16%	10,00%	9,42%
Imobilizações Incorpóreas	0,25%	0,33%	0,50%	0,43%	0,41%
Imobilizações Corpóreas	83,88%	82,67%	82,57%	82,45%	86,00%
Imobilizado em Curso	5,37%	6,50%	6,77%	7,11%	4,16%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria

No gráfico 4 apresenta-se a composição do imobilizado, numa análise evolutiva de 2009 a 2013, no município de Seixal, onde se evidencia claramente a preponderância das imobilizações corpóreas no total do ativo.

**Gráfico 4: Peso de cada rubrica do Imobilizado no município de Seixal**



Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.2.2 - Município de Almada

Continuando a seguir a metodologia do AFMP, de não considerar no Imobilizado os Investimentos Financeiros, a tabela nº 7 apresenta os valores globais agregados do ativo do município de grande dimensão de Almada, para o período que decorre entre o ano de 2009 e o de 2013. Na sequência dos valores obtidos para estes cinco anos de análise, serão de seguida apresentadas também, duas tabelas, uma representativa do peso percentual do Imobilizado no total do ativo e outra relativa ao peso das rubricas do imobilizado, no imobilizado total.

De seguida, apresenta-se a estrutura do ativo, do município de Almada, para o período que decorre entre 2009 e 2013.

**Tabela 7: Estrutura do balanço do distrito de Almada (Milhares de euros)**

ATIVO	2009	2010	2011	2012	2013
Imobilizado					
Bens de domínio público	55.619,43 €	55.184,01 €	62.005,00 €	61.455,51 €	44.959,99 €
Imobilizações incorpóreas	570,84 €	824,48 €	1.082,40 €	615,35 €	666,17 €
Imobilizações corpóreas	266.206,99 €	202.005,74 €	208.080,44 €	220.173,64 €	238.211,08 €
Imobilizações em curso	2.713,65 €	34.524,68 €	30.012,57 €	16.857,32 €	14.739,10 €
<b>Total do imobilizado</b>	<b>325.110,91 €</b>	<b>292.538,90 €</b>	<b>301.180,40 €</b>	<b>299.101,81 €</b>	<b>298.576,34 €</b>
Investimentos financeiros	14.562,47 €	15.872,62 €	32.377,51 €	32.522,11 €	32.921,92 €
Existências	1.274,10 €	1.302,12 €	1.373,20 €	1.452,28 €	1.224,61 €
Dívidas de terceiros	13.787,85 €	12.330,14 €	4.755,84 €	5.005,28 €	2.648,16 €
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Disponibilidades	9.031,12 €	21.041,12 €	30.250,14 €	30.706,29 €	32.959,40 €
Acréscimo e deferimento	3.616,82 €	3.320,19 €	3.560,26 €	2.069,26 €	2.914,44 €
<b>Total do Ativo</b>	<b>367.383,26 €</b>	<b>346.405,10 €</b>	<b>373.497,34 €</b>	<b>368.787,77 €</b>	<b>371.244,86 €</b>

Fonte: Adaptado dos Balanços do Município de Almada de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

Da análise da tabela 7 verificamos que, no município de Almada, nos cinco anos em análise, o total do ativo oscila entre 346.405,1 milhares (em 2010) e 373.497,34 milhares (em 2011). No que se refere ao total do imobilizado, o ano em que o seu valor é mais baixo (292.538,9 milhares) é tal como o total do ativo, o ano de 2010 e o valor mais alto, que corresponde a 325.110,91 milhares, ocorre em 2009. Com exceção do ano 2013, os outros anos apresentam em termos de evolução, quer do total do imobilizado, quer do total do ativo, o mesmo comportamento, quando um desce, o outro também desce e quando um aumenta, o outro, também aumenta. Em Almada, os BDP nesse período, dentro das rubricas do imobilizado, também representam o 2º valor mais alto, ocorrendo o valor mais alto no ano de 2010 com 62.005,00 milhares

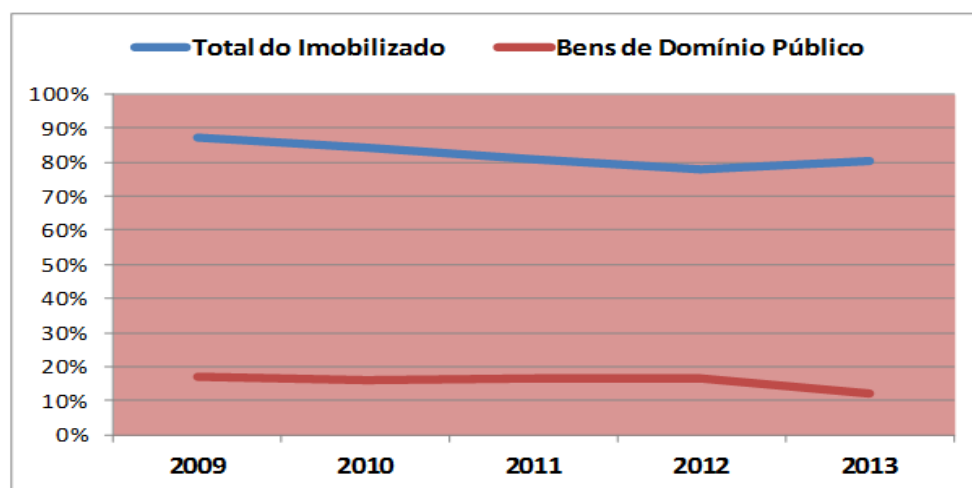
**Tabela 8: Peso percentual do Imobilizado no total do Ativo do município de Almada**

ATIVO	2009	2010	2011	2012	2013
Bens de domínio público	15,14%	15,93%	16,60%	16,66%	12,11%
Imobilizações incorpóreas	0,16%	0,24%	0,29%	0,17%	0,18%
Imobilizações corpóreas	72,46%	58,31%	55,71%	59,70%	64,17%
Imobilizações em curso	0,74%	9,97%	8,04%	4,57%	3,97%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>88,49%</b>	<b>84,45%</b>	<b>80,64%</b>	<b>81,10%</b>	<b>80,43%</b>

Fonte: Elaboração própria

Da análise da tabela 8, verifica-se que os BDP para além de serem sempre a segunda maior componente do Imobilizado nos anos de 2009 a 2013, percentualmente representam sempre mais de 12% sendo o seu maior peso o que ocorre em 2012 com um valor de 16,66%. De referir que em Almada, as Imobilizações Corpóreas continuam a representar uma parcela muito significativa, do total do Ativo ocorrendo o maior peso em 2009 com 72,46% e o mais baixo em 2011 sendo o seu peso de 55,71%

No gráfico 5, que apresentamos de seguida, está representada a evolução quer do total do imobilizado quer dos BDP, no total do ativo do município de Almada para o período de 2009 a 2013.

**Gráfico 5: Peso do imobilizado no total do ativo do município de Almada**

Fonte: Elaboração própria

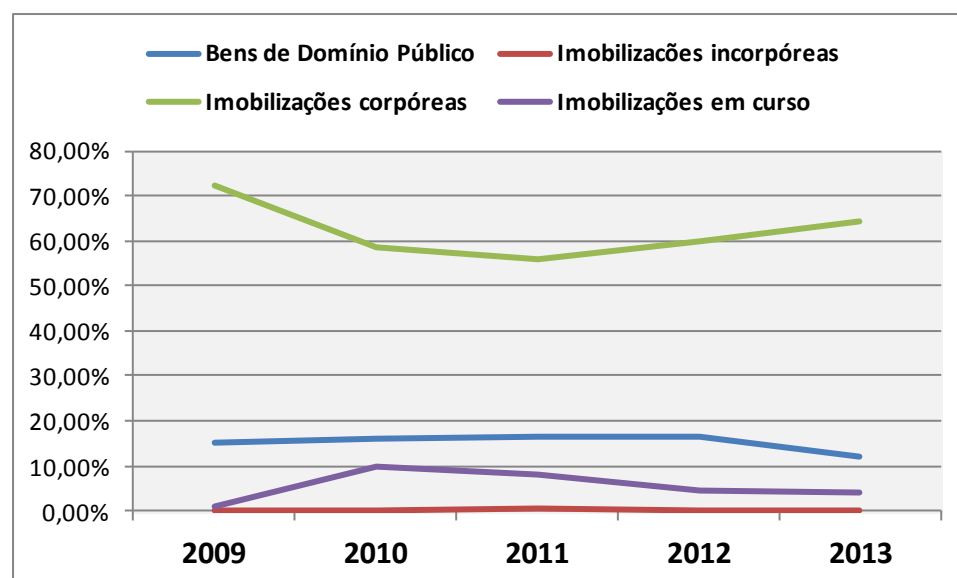
**Tabela 9: Peso de cada rubrica do imobilizado, no imobilizado total, do Município de Almada**

Ativo	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Imobilizado</b>					
Bens de domínio Público	17,25%	18,86%	20,59%	20,55%	15,06%
Imobilizações incorpóreas	0,18%	0,28%	0,36%	0,21%	0,22%
Imobilizações Corpóreas	82,57%	69,05%	69,09%	73,61%	79,78%
imobilizações em curso	0,00%	11,80%	9,96%	5,64%	4,94%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaboração própria

Na tabela nº 9 apresenta-se a decomposição e o peso de cada rubrica no Imobilizado do município de Almada, nos anos de 2009 a 2013. Desde logo se verifica que as imobilizações corpóreas representam, a principal componente do imobilizado com uma parcela muito significativa de imobilizado, ocorrendo o valor mais alto em 2009, onde representa cerca de 82,6% do total do imobilizado e o mais baixo em 2010 com uma percentagem de 69,05%. Nesta análise, é possível verificar também que, os Bens de Domínio Público são a segunda componente do total do imobilizado, oscilando entre 15,06% em 2013 e 20,59% em 2011.

No gráfico 6, que apresentamos de seguida, e que representa a evolução do peso das rubricas do imobilizado do município de Almada, também se pode verificar a relevância que têm as imobilizações corpóreas, quer no período quer no total do imobilizado.

**Gráfico 6: Peso de cada rubrica no total do imobilizado do município de Almada**

Fonte: Elaboração própria

**4.2.2.3 - Município de Setúbal**

Continuando a seguir a metodologia do AFMP, de não considerar no imobilizado os investimentos financeiros, a tabela nº 10 apresenta os valores globais agregados do ativo do município de grande dimensão de Setúbal, para o período que decorre entre o ano de 2009 e o de 2013. Na sequência dos valores obtidos para estes cinco anos de análise, serão de seguida apresentadas também, duas tabelas, uma representativa do peso percentual do imobilizado no total do ativo e outra relativa ao peso das rubricas do imobilizado, no imobilizado total.

De seguida, apresenta-se a estrutura do ativo, do município de Setúbal, para o período que decorre entre 2009 e 2013.

**Tabela 10: Estrutura do balanço do distrito de Setúbal (Milhares de euros)**

	2009	2010	2011	2012	2013
Total do Imobilizado					
Bens de Domínio Público	45.316,54 €	46.939,52 €	44.766,86 €	42.685,92 €	40.338,86 €
Imobilizações Incorpóreas	133,99 €	222,80 €	309,18 €	516,87 €	634,51 €
Imobilizações Corpóreas	156.273,04 €	163.545,54 €	166.570,41 €	171.565,00 €	174.525,62 €
Imobilizado em Curso	24.207,61 €	27.139,48 €	31.945,98 €	40.868,34 €	44.845,61 €
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>225.931,17 €</b>	<b>237.847,33 €</b>	<b>243.592,42 €</b>	<b>255.636,13 €</b>	<b>260.344,59 €</b>
Investimento financeiro	6.478,21 €	6.478,21 €	6.678,21 €	6.478,21 €	6.478,21 €
Existências	21.660,59 €	21.980,38 €	21.624,93 €	21.578,62 €	21.252,77 €
Dívidas de terceiros	12.044,59 €	14.565,06 €	18.318,23 €	23.605,29 €	23.202,96 €
Títulos Negociáveis	- €	- €	- €	- €	- €
Disponibilidade	6.477,42 €	3.428,79 €	4.131,00 €	3.109,67 €	5.272,68 €
Acréscimo e Diferimentos	66,45 €	24.975,09 €	25.697,50 €	27.006,21 €	30.688,07 €
<b>Total do Ativo</b>	<b>272.658,44 €</b>	<b>309.274,85 €</b>	<b>320.042,30 €</b>	<b>337.414,13 €</b>	<b>347.239,29 €</b>

Fonte: Adaptado dos Balanços do Município do Setúbal de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

Da análise da tabela 10 verificamos que, no município de Setúbal, nos cinco anos em análise, o total do ativo oscila entre 272.658,44 milhares (em 2009) e 347.239,29 milhares (em 2013). No que se refere ao total do imobilizado, o ano em que o seu valor é mais baixo (225.931,17 milhares) é tal como o total do ativo, o ano de 2009 e o valor mais alto, que corresponde a 260.344,59 milhares, ocorre em 2013. Em termos de evolução, quer o do total do imobilizado, quer do total do ativo, apresentam, no período em análise, o mesmo comportamento, sendo visível que cresce de ano para ano, apresentando o seu valor mais alto em 2013. Em Setúbal, os BDP nos quatro primeiros anos são, dentro das rubricas do imobilizado, o 2º valor mais alto, todavia, no último ano, o imobilizado em Curso passa a ter um peso

superior ao dos BDP, sendo por isso, nesse ano os BDP, a rubrica que se posiciona em terceiro lugar, com um valor de 40.338,86 milhares.

**Tabela 11: Peso percentual do total do Imobilizado no total do ativo do município de Setúbal**

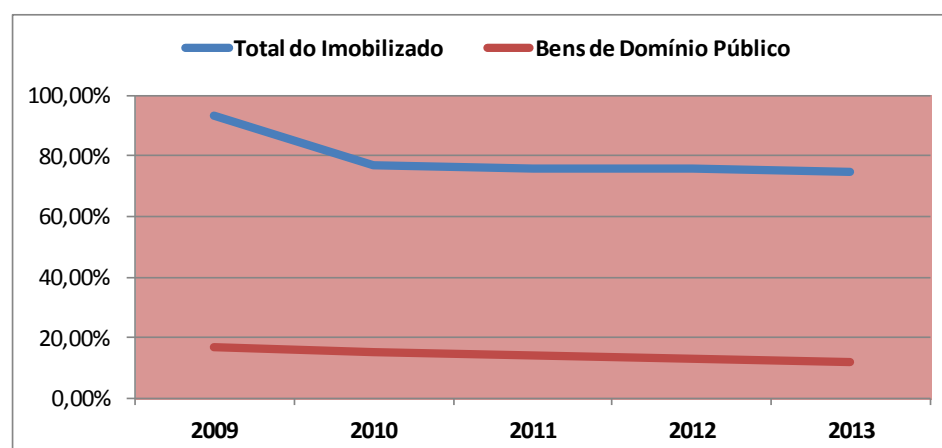
Ativo	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Imobilizado</b>					
Bens de domínio Público	16,62%	15,18%	13,99%	12,65%	11,62%
Imobilizações incorpóreas	0,05%	0,07%	0,10%	0,15%	0,18%
Imobilizações Corporea	57,31%	52,88%	52,05%	50,85%	50,26%
imobilizações em curso	8,88%	8,78%	9,98%	12,11%	12,91%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>82,86%</b>	<b>76,90%</b>	<b>76,11%</b>	<b>75,76%</b>	<b>74,98%</b>

Fonte: elaboração própria

Na tabela nº 11 apresenta-se a decomposição e o peso de cada rubrica do imobilizado no total do ativo do município de Setúbal, nos anos de 2009 a 2013. Também em Setúbal se verifica que as imobilizações corpóreas representam, a principal componente do imobilizado com uma parcela muito significativa de imobilizado, ocorrendo o valor mais alto em 2009, onde representa 57,31% do total do ativo e o mais baixo em 2013 com uma percentagem de 50,26%. Nesta análise, é possível verificar também que, os Bens de Domínio Público são a segunda componente do imobilizado com maior peso no total do ativo, oscilando entre 11,62% em 2013 e 16,62% em 2009.

No gráfico 7 apresentamos, para o período de 2009 a 2013, a evolução do peso do Imobilizado e dos BDP, no total do ativo do município de Setúbal.

**Gráfico 7: Peso do imobilizado no total do ativo do município de Setúbal**



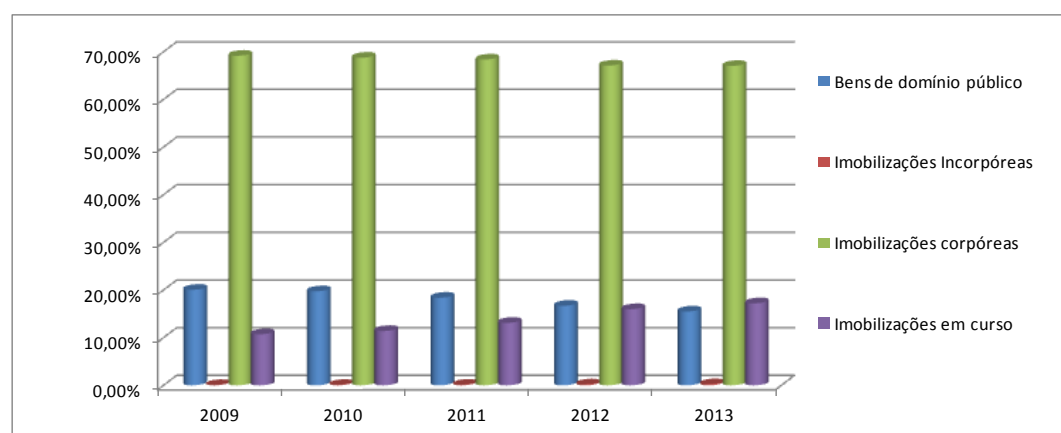
Fonte: Elaboração própria

**Tabela 12: Peso de cada rubrica no imobilizado do município de Setúbal**

Ativo	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Imobilizado</b>					
Bens de domínio público	20,06%	19,74%	18,38%	16,70%	15,49%
Imobilizações Incorpóreas	0,06%	0,09%	0,13%	0,20%	0,24%
Imobilizações corpóreas	69,17%	68,76%	68,38%	67,11%	67,04%
Imobilizações em curso	10,71%	11,41%	13,11%	15,99%	17,23%
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: elaboração própria

Na tabela 12, apresentamos a desagregação das rubricas que fazem parte do imobilizado do município de Setúbal, sendo também aqui de realçar que as imobilizações corpóreas são as que mais pesam face ao total do imobilizado. No entanto o seu peso é anualmente mais baixo que nos outros dois municípios de grande dimensão, do distrito de Setúbal. O valor mais alto ocorre em 2009 atingindo os 69,17% e o mais baixo em 2013 com 67,04% do total do imobilizado. Os BDP, nos quatro primeiros anos continuam a ser a segunda rubrica mais relevante do imobilizado, mas é patente o decréscimo do seu valor de ano para ano, sendo essa descida acompanhada em sentido inverso pela rubrica de imobilizações em curso, que em 2009 era de 10,71% e em 2013 atinge os 17,23%, representando neste ano a segunda rubrica do imobilizado do município de Setúbal. Da análise do gráfico 8, verificamos claramente essa evolução.

**Gráfico 8: Peso de cada rubrica do imobilizado, no total do imobilizado do município de Setúbal**

Fonte: Elaboração própria

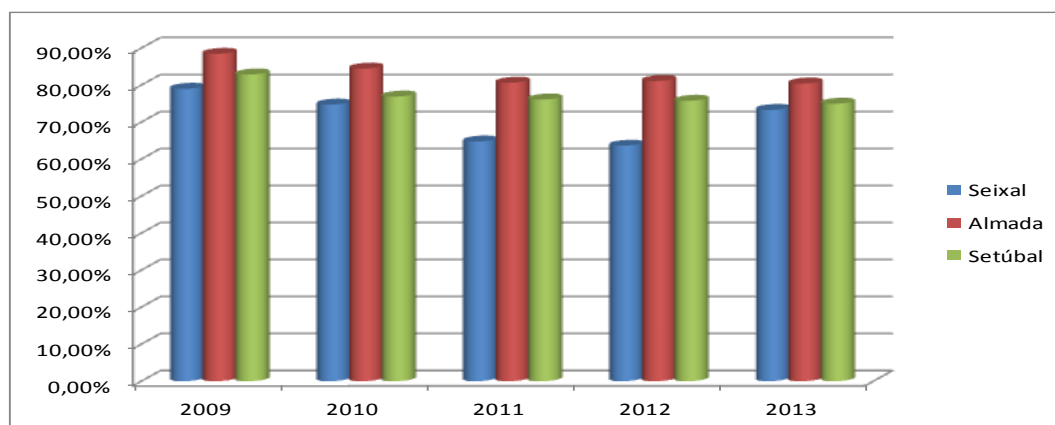
### 4.3 – Análise comparativa dos municípios do Seixal, de Almada e de Setúbal, entre si, e com a média nacional

Neste ponto, iremos efetuar uma análise comparativa entre os três municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal e dos três relativamente à média nacional, relativamente ao peso relativo do imobilizado e dos BDP no total do ativo.

No gráfico 9 apresentamos com base no peso percentual do total do imobilizado de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal, no total do ativo desses mesmo municípios (Seixal, Almada e Setúbal), a análise comparativa da sua evolução no período que decorre entre o ano de 2009 e o ano de 2013. Da sua análise constatamos o seguinte:

- O ano que apresenta, para os três municípios estudados, o imobilizado com um peso maior no ativo é o ano de 2009, sendo nesse ano, o município do distrito de Setúbal o que apresenta um valor mais alto, ultrapassando o peso do imobilizado no ativo os 90%;
- Nos últimos quatro anos, o município de Almada, relativamente aos de Setúbal e Seixal, é o que apresenta sempre o valor mais alto;
- O município do Seixal, nos cinco anos em análise, é o município que face a Setúbal e Almada, apresenta sempre um peso percentual mais baixo do imobilizado face ao total do ativo;
- Nos cinco anos, o peso do imobilizado no total do ativo, do município de Setúbal apresenta sempre valores mais altos que o do Seixal e nos últimos quatro, valores mais baixos que o de Almada.

**Gráfico 9: Evolução do peso do imobilizado no total do ativo dos municípios de Almada, Seixal e Setúbal**

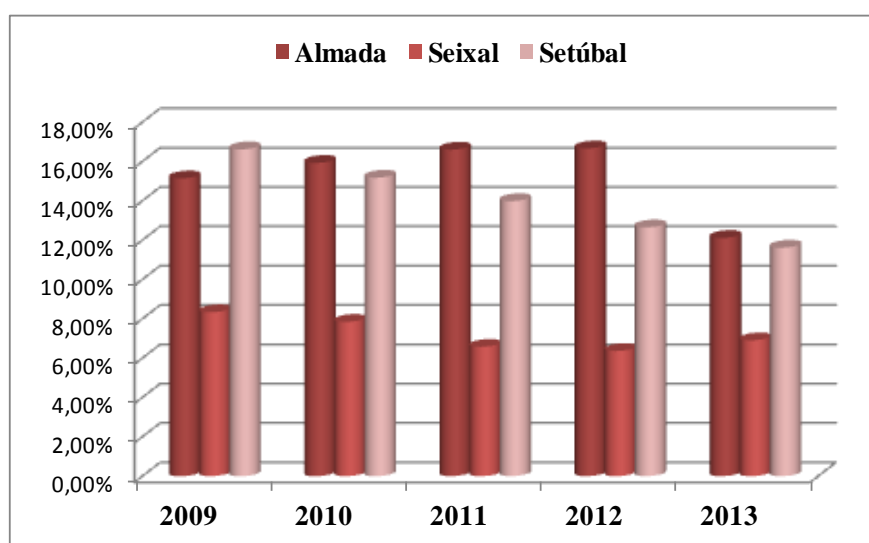


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 10 apresentamos a evolução, de 2009 a 2013, do peso percentual dos BDP no total do ativo dos municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal e que são os municípios de Almada, Seixal e Setúbal. Da sua análise constatamos o seguinte:

- O município do Seixal é o que no período em análise, apresenta o menor peso dos BDP no ativo, não ultrapassando nunca os 8% e não descendo dos 6%.
- Nos últimos quatro anos do período em análise, o município de Almada, é o que, relativamente ao peso dos BDP no ativo apresenta o valor mais alto, relativamente a Setúbal e Seixal, ainda que seja de realçar, em 2013, a descida verificada no seu peso;
- Nos cinco anos, o peso dos BDP no total do ativo, do município de Setúbal apresenta sempre valores mais altos que o do Seixal e nos últimos quatro, valores mais baixos que o de Almada.

**Gráfico 10: Evolução do peso dos BDP no total do ativo dos municípios de Almada, Seixal e Setúbal**



Fonte: Elaboração própria

De seguida, efetuamos uma análise comparativa dos três municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal com a média nacional, primeiro, consideramos o peso do imobilizado no ativo e depois, o peso dos BDP no total do ativo.

**Tabela 13: Comparação do peso percentual do imobilizado no total do ativo de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal, com a média nacional**

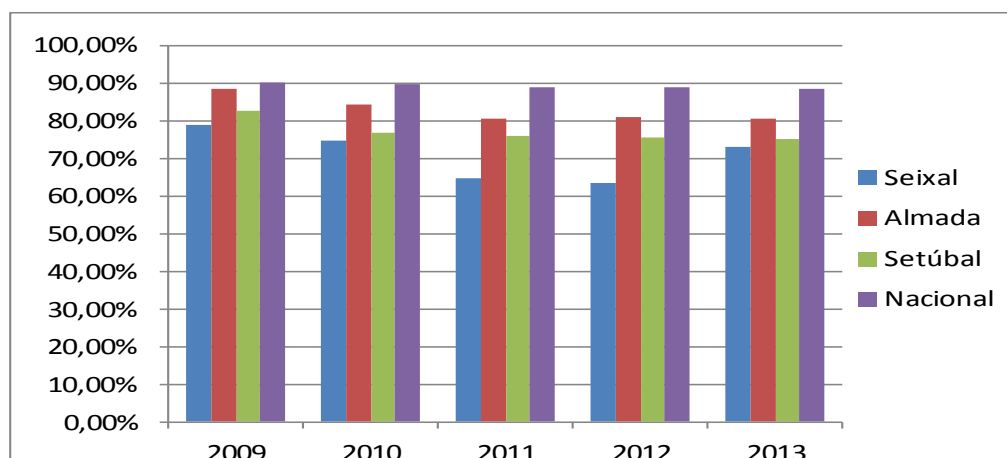
	2009	2010	2011	2012	2013
Seixal	79,00%	74,74%	64,76%	63,63%	73,29%
Almada	88,44%	84,45%	80,64%	81,10%	80,43%
Setúbal	82,86%	76,90%	76,11%	75,76%	74,98%
Nacional	90,31%	89,83%	89,03%	88,83%	88,64%

Fonte: elaboração própria

Na tabela 13 evidenciamos comparativamente o peso percentual do imobilizado no total do ativo de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal, nos anos de 2009 a 2013, com a realidade nacional no mesmo período e constatou-se o seguinte:

- A nível nacional, o peso percentual do imobilizado no ativo, nos 5 anos em análise, evidencia uma ligeira descida de ano para ano, evoluindo de 90,31% para 88,64% (ou seja, desceu 1,67%). Relativamente aos três municípios em análise, apenas Setúbal, apresenta comportamento idêntico, sendo no entanto maior a descida verificada de 7,88%. Os outros dois municípios, de 2009 para 2013, também apresentam uma descida significativa, (Seixal desce 5,71% e Almada 8,01%) mas não se verifica essa evolução todos os anos.
- Almada é o município que tem um peso percentual do imobilizado no total do ativo, mais próximo da média nacional, nunca descendo o seu peso abaixo dos 80,43% (em 2015). Dos municípios em estudo (Setúbal, Almada e Seixal), o que apresenta, quer no período de análise, quer em cada ano desse período, os valores mais baixos, é o Seixal.
- O município que apresenta sempre um menor peso do imobilizado no ativo nos anos de 2009 a 2013 (o Seixal) relativamente à média nacional, apresenta também, em cada ano, o peso mais baixo dos outros dois municípios de grande dimensão do distrito de Setúbal. Esta análise é bem patente no gráfico que apresentamos de seguida.

**Gráfico 11: Comparação do peso percentual do imobilizado no total do ativo de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal, com a média nacional**



Fonte: elaboração própria

De seguida, será apresentada uma análise comparativa do valor percentual do peso dos BDP no total do ativo de cada município do distrito de Setúbal (Almada, Seixal e Setúbal) e o verificado a nível nacional, quer através da tabela 14, quer do gráfico 12.

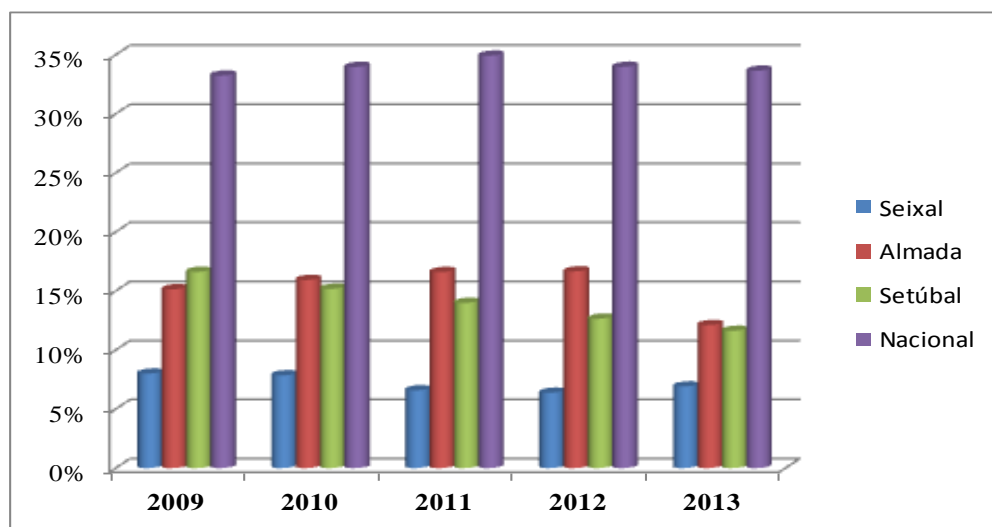
**Tabela 14: Peso dos BDP no total do ativo de cada município de grande dimensão do distrito de Setúbal e a realidade nacional**

	2009	2010	2011	2012	2013
Seixal	8%	7,85%	6,58%	6,37%	6,91%
Almada	15,14%	15,93%	16,60%	16,66%	12,11%
Setúbal	16,62%	15,18%	13,99%	12,65%	11,62%
Nacional	33,24%	33,97%	34,92%	33,98%	33,65%

Fonte: elaboração própria

Na tabela 14 apresenta-se, no período em análise (de 2009 a 2013), o peso relativo dos BDP no total do ativo dos municípios do Seixal, de Almada e de Setúbal, e a média nacional, tendo por base os valores apurados no AFMP. No gráfico 12, reforça-se a comparação da realidade evidenciada na tabela acima referida.

**Gráfico 12: Análise comparativa do Peso dos BDP no total do ativo de cada município do distrito de Setúbal e a realidade nacional, para o período de 2009 a 2013**



Fonte: elaboração própria

Assim, genericamente constatamos o seguinte:

- A nível nacional, os BDP, nos cinco anos em análise, apresentam sempre um peso, face ao total do ativo que oscila entre os 33,24% e os 34,92%, situando-se a média dos cinco anos nos 33,95% e a variação entre o valor mais alto e o mais baixo é de 1,68%.

- Nos municípios de Almada e Setúbal, os BDP, em média, atingem, respetivamente, cerca de 15,29% e 14,01%, do peso dos BDP a nível nacional, enquanto que, os BDP do município do Seixal, em média, não ultrapassam 21,3% dos valores nacionais. Ou seja, nos municípios do distrito de Setúbal, os BDP apresentam, ainda que de forma desigual, pesos muito inferiores no total do ativo, que a nível nacional, sendo no município do Seixal que o seu peso atinge sempre, nos cinco anos analisados, o valor mais baixo apresentando ainda anualmente, um decréscimo nesse peso evoluindo de 8% (em 2009) para 6,91% (em 2013).

## 5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

A necessidade de conhecer o valor do Património Público, onde o imobilizado é uma componente que de acordo com Carvalho et al (2012), nas autarquias locais, desde 2005, tem um peso que ronda os 90% do ativo, é por si só justificativo do estudo dessa massa patrimonial.

Centrando-nos no imobilizado e mais concretamente, num dos seus componentes, os bens de domínio público, pelas suas características, embora definidos por lei, a sua inventariação e valorização, tem sido algo problemático. Muitos deles são extremamente antigos e muitas vezes, nem sequer têm valor de mercado ou de referência, sendo por isso, muito difícil a sua valorização (Rua 2015).

Contabilizados, na classe quatro, de acordo com o plano de contas do POCP, em conta específica (a 45), os bens de domínio público, são nas autarquias locais, desde 2005, a segunda grandeza do imobilizado representando a nível nacional, em 2013, cerca de 38% do imobilizado e 34% do ativo (Carvalho et al, 2012; Teixeira et al, 2015; Mata e Teixeira, 2014).

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses divide por dimensão os municípios nacionais, tendo em conta o número de habitantes, denominando-os de Grades, Médios e Pequenos. Este estudo, de referência nacional, não apresenta, relativamente ao BDP, valores que permitam aferir se nos municípios, o peso dos bens de domínio público difere, por dimensão, relativamente à média nacional.

Nesse sentido, este estudo, após efetuar uma análise do peso e do comportamento dos BDP face ao imobilizado e face ao ativo, a nível nacional, no período de 2009 a 2013, pretende, através de um estudo de caso efetuado no distrito de Setúbal nos municípios de grande dimensão, (Setúbal, Almada e Seixal), verificar se os municípios de grande dimensão têm um peso e um comportamento, face ao ativo e face ao imobilizado do respetivo município, igual ao da média nacional e constatou o seguinte:

- A nível nacional, os BDP, nos cinco anos em análise, apresentam sempre um peso, face ao total do ativo que oscila entre os 33,24% e os 34,92%, situando-

se a média dos cinco anos nos 33,95% e a variação entre o valor mais alto e o mais baixo é de 1,68%.

- Nos municípios de Almada e Setúbal, os BDP, em média, atingem, respetivamente, cerca de 15,28% e 14,01%, do peso dos BDP a nível nacional, enquanto, os BDP do município do Seixal, em média, não ultrapassam 21,3% dos valores nacionais. Ou seja, nos municípios do distrito de Setúbal, os BDP apresentam, ainda que de forma desigual, pesos muito inferiores no total do ativo, que a nível nacional, sendo no município do Seixal que o seu peso atinge sempre, nos cinco anos analisados, o valor mais baixo apresentando ainda anualmente, um decréscimo nesse peso evoluindo de 8% (em 2009) para 6,91% (em 2013).

Como limitações deste estudo, refere-se que os resultados encontrados não podem ser generalizados, por corresponderem apenas à realidade dos municípios de Setúbal, Almada e Seixal e depois por não se ter efetuado nenhuns testes estatísticos que permitiriam obter conclusões mais fundamentadas.

Como linha de investigação futura propomos que a mesma análise seja efetuada nas três dimensões do distrito, alargando-se o período de análise e efetuando-se a fundamentação das conclusões com testes estatístico de modo a perceber se há correlação entre a dimensão e o peso dos BDP no imobilizado e no ativo dos municípios.

**REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS**

Alves, J. M. Afonso e Carvalho, J. B. Costa (2009). *Bens do domínio público em Portugal*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Ângelo, S.S. Carvalho. (2011). *Os Bens de domínio Público nas Autarquias locais*- Qual a situação das Autarquias locais do distrito de Setúbal, quanto aos bens de domínio publicam sua inventariação, avaliação e Contabilização. Tese de Mestrado. ESCE-IPS

Ângelo, S. S. Carvalho e Teixeira, A. Bela. (2012). *Bens de Domínio público nos Municípios do Distrito de Setúbal*. Setúbal: Instituto politécnico de Setúbal. IPS

Bernardes, A.F. (2003). *Contabilidade Pública e Autárquica (POCP e POCAL)*. 2ª Edição. Coimbra: CEFA

Borges, A. Rodrigues, A. Rodrigues, R. (2010). *Elementos da Contabilidade geral*. 25ª Edição. Lisboa: Áreas Editoras

Caiado, C. P. António e Pinto, C. Ana. (2002). *Manual de plano oficial de contabilidade pública – caracterização genérica do POCP*. O estudo das principais contas. Exercícios resolvidos

Caiado, A. P., Pinto, A. C (1997). *Manual do plano oficial de contabilidade pública*. Vislis Editores, Lisboa

Caiado, A. P. Carvalho, J. Silveira Olga. (2006). *Contabilidade Publica – Legislação*. Lisboa:

Carvalho, J. Fernandes, J. Maria, Camões Pedro e Jorge, Suzana. (2008). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2006*. Ordens dos técnicos Oficiais de contas, Lisboa.

Carvalho, J. Fernandes, J. Maria, Camões Pedro e Jorge, Suzana. (2009). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*. Ordens dos técnicos Oficiais de contas, Lisboa.

Carvalho, J. Fernandes, J. Maria, Camões Pedro e Jorge, Suzana. (2010). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2008*. Ordens dos técnicos Oficiais de contas, Lisboa.

Carvalho, J., Fernandes, J. Maria, Camões Pedro e Jorge, Suzana. (2011). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009*. Ordens dos técnicos Oficiais de contas, Lisboa

- Carvalho, J., Fernandes, J. Maria, Camões Pedro e Jorge, Suzana. (2011). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2009*. Ordens dos técnicos Oficiais de contas, Lisboa.
- Carvalho, J., Fernandes, J. Maria, Camões Pedro e Jorge, Suzana. (2012). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010*. Ordens dos técnicos Oficiais de contas, Lisboa.
- Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P. e Jorge, S., (2013): *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011-12*. Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Lisboa.
- Correia, Cláudio e Miguel Gonçalves (2010). *Ativos fixos tangíveis na contabilidade pública e empresarial – IPSS 17 versus IAS 16*. Revista de Contabilidade: nº 6- 2ª Série.
- Cravos, D., Carvalho, J., Fernandes, Orlando e Sílvia, S. (2002). *POC Educação – Plano Oficial de Contabilidade Publica para o Sector da Educação Explicado*. Porto: Editora Rei dos Livros.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa (3a ed., J. E. Costa, Trad.)*. São Paulo: Artmed.(Obra original publicada em 1995).
- Frade, C. (2003). *Gestão das organizações públicas e controlo do Imobilizado*. Áreas Editoras, S.A., Lisboa.
- Gerhardt. T.E e Silveira. D.T (2009) *Método de Pesquisa*, 1ª edição, Editora UFRGS, Brasil, 14/05/2014
- Luis, J. Gomes (2002). *POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais*, 2ª Edição, Áreas Editora, Lisboa.
- Mata, C. Manuel e Teixeira, A. Bela. (2013). *Os Bens de Domínio público nos Municípios do Distrito de Setúbal – Uma análise comparativa – Setúbal*. IPS
- Mendes, Julho. (2001). *Contabilidade geral e financeira*. Paralelo Editora
- Neves, j. Carvalho. (2012) *Análise e Relatório Financeiro - Uma Visão Integrada de Gestão*. Cardova, 2: Texto e Editores
- Pinto, José. (2005). *Tratamento contabilístico e fiscal do imobilizado*. Lisboa: Areal Editores.
- Prodanov, Cler C. e Freitas, Ernai C. (2013). *Metodologia do tratamento Científico. Métodos e técnicas da pesquisa e de trabalhos académicos*. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul: universidade Feevale.

Rua, S. C. (2009). O reconhecimento e a valorização dos ativos Públicos: especial menção a Portugal: Revista Universo Contábil.

Rua, S. C. (2015): *Do POCAL às NICSP do IPSASB: O reconhecimento dos bens de domínio público dos municípios portugueses*, XXV Jornadas Hispano Lusas de Gestón Científica, Ourense, 5 e 6 fevereiro.

SILVA. C. R. (2005). *O Uso da Análise de Conteúdo como uma Ferramenta para a Pesquisa Qualitativa: Descrição e Aplicação do Método*, 14/05/2014.

Silva, José L., Miguel e Carvalho, de Marques P. Fernando. (2007). *Estudo Comparativo entre IPSAS 19 e o Plano Oficial de Contabilidade Pública*. Lisboa: ISCAL.

Teixeira, A. B., (2009). *A Contabilidade como Sistema de Informação na Instituição do Ensino Superior em Portugal - O caso da Escola Superior de ciências Empresarias*. Tese de Doutoramento. Universidade Aberta

Teixeira, A., Pardal, P. Mata, C. e Teixeira N. (2010). *A Contabilidade Analítica no POCAL e o grau de implementação no distrito de Setúbal*. XX Jornadas de Luso de Espanholas de Gestão Científica, ESCE, Setúbal

Teixeira, A. B., Mata, C., Pardal, P., e Teixeira N. (2013). *Avaliação e Divulgação de Indicadores de Desempenho dos Municípios Portugueses - O caso do distrito de Setúbal*, Revista universo Contábil, Blumenau.

Teixeira, A., B., Mata., Pardal., e Teixeira, N. Os Municípios do Distrito de Setúbal- Análise comparativa Orçamental, Económica e financeira de 2010 e 2011. XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Lisboa.

Teixeira, A., B., Pardal, P.N. Teixeira, N.M. e Mata, C. (2014), *A Contribuição da Informação contabilística numa análise comparativa de municípios: Um Estudo de Caso*, Jornadas Hispano-lusas

Teixeira A., Pardal, P. Teixeira, N. Mata, C., (2015). *A Contribuição da Informação Contabilística numa análise comparativa de Municípios: Um estudo de caso*, jornadas hispano-lusas, Ourense

## LESGILAÇÃO

Decreto-Lei nº 54-A99, de 22 de Fevereiro-POCAL

Decreto- Lei nº232/ 97 de 3 de Setembro. Plano Oficial de Contabilidade Pública

Decreto-Lei 232/97, de 3 de Setembro. POC- Educação Explicado

Lei nº 54/2005, de 15 de Novembro - Estabelece a titularidade dos recursos Hídricos

Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro – Adaptação da classificação da conta Económica das receitas e despesas

DLnº477/80, de 15 de Outubro – A existência de um domínio na titularidade das Autarquias Locais

Lei nº 2 do art.º 84º da CRP – Domínio público

Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – Cadastro e inventário dos Bens do Estado

SÍTIOS DE INTERNET (CONSULTADOS EM NOVEMBRO DE 2014)

Câmara Municipal de Almada - [www.m-almada.pt](http://www.m-almada.pt)

Câmara Municipal do Seixal - [www.cm-seixal.pt](http://www.cm-seixal.pt)

Câmara Municipal de Setúbal - [www.mun-setubal.pt](http://www.mun-setubal.pt)